



Handwritten initials and signature: "G", "PW", and "cel".

Município de Macedo de Cavaleiros

Assembleia Municipal

ATA N.º2/2024

(Mandato 2021/2025)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e quatro, realizada no Auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

Presidente – *Camilo António Morais* -----

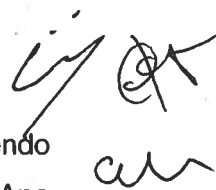
Primeiro Secretário – *Fátima Raquel Eusébio Costa (em substituição de José Carlos Vasco Jecas)* -----

Segundo Secretário – *Celina da Conceição de Sá Martins* -----

Eram catorze horas e trinta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e deu conhecimento à Assembleia Municipal dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: -----

Ana Cristina Xavier Fernandes, Sandra Cristina Batista Matos, Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro, Manuel Jorge Machado Olaio, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues e Carlos Alberto Maravilha Azevedo, que foram substituídos, respetivamente, por Beatriz Justo Lopes Pereira, Fernando Humberto Gomes, Bruna Alexandra Venceslau Fernandes, Nélio Jorge Gomes Pimentel, Simão Augusto Ventura Ferreirinha e Ana Cristina Valdemar Quintas. -----

Por impossibilidade de estarem presentes o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Olmos *Abel Francisco Paulos Rocha*, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de Freguesia *Cláudia Peludo* e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Morais, *Ramiro Borges Valadar*, fez-se substituir pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, *Francisco José Afonso Salomé.* -----



O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arcas pediu suspensão de mandato tendo comparecido na reunião em sua substituição a Secretária da Junta de Freguesia Ana Isabel Pedro Martins. -----

Faltaram à sessão com apresentação de justificação à Mesa da Assembleia Municipal, os Deputados Municipais *José Luís Gonçalves Tomé Afonso e João Nuno Ferreira Pires*.-----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, *Rui Alexandre Serapicos Vilarinho e Susana Alexandra Esteves Viana* e os Vereadores em regime de não permanência, *Catarina Afonso Pinto, António Nuno Batista Mendes de Moraes, Clementina Augusta Marçal Gemelgo e Edgar Manuel Rodrigues Fragoso*.-----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 59 Deputados Municipais: *Camilo António Moraes, Celina da Conceição de Sá Martins, Rogério Paulo Talhas Pires, Bruna Alexandra Venceslau Fernandes, Manuel António de Sá Mico, Paulo Jorge Ferreirinha, Duarte Ferreira Dias, Vera Cristina Amaral Gabriel, Beatriz Justo Lopes Pereira, Carlos Alberto Fernandes, Luís Miguel Pereira Vaz, Ilídio João Alves, Dinis António Tiago Sarmiento, Fernando Humberto Gomes, Ana Cristina Valdemar Quintas, José António da Silva Madalena, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Maria José Vieira Teodoro Moreno, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, António João Alves Trovisco, Lília Margarida Pereira da Silva, Sandra Maria Esteves Nascimento Franco, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Amâncio dos Santos Rocha, Daniela de Almeida Rebelo, Nélio Jorge Gomes Pimentel, António José Costa Vila Franca, Francisco Inácio Alves Oliveira, Ana Isabel Pedro Martins, Maria Adelaide Serra Carvalho, Andreia Isabel Moraes Eugénio, José Manuel Fernandes, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Moraes, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Miguel Ângelo Caseiro, Sérgio David Ramos Borges, Francisco José Afonso Salomé, Cláudia Peludo, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Carla Alexandra Dias Miranda, Fátima Raquel Eusébio Costa, João Francisco Reis, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro*.-----



Cij
air

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que no âmbito da Assembleia Municipal Jovem se realizou nos dias 10 e 11 de abril de 2024 uma visita de estudo a Espanha (Castilha e Lyon) com o objetivo de que os Jovens Deputados visionassem a diferença entre os dois sistemas políticos, ou seja a República (Portugal) e a Monarquia Constitucional (Espanha). Cumpre aqui dizer que esta deslocação foi um êxito, tendo os nossos “hermanos” ficado muito entusiasmados com este projeto. -----
No passado dia 25 de abril realizou-se a 1.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal Jovem, tendo os Jovens Deputados contribuído para abrilhantar as cerimónias que modéstia à parte correram muitíssimo bem. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível, na mesa de apoio à sessão para consulta e indagou os presentes no sentido de pretenderem intervir relativamente à ata n.º 1 da sessão ordinária do dia 22 de fevereiro de 2024, previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

Abertas as inscrições e não havendo inscritos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a ata da 1ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 22 de fevereiro de 2024, a votação. A mesma foi aprovada por maioria com 6 abstenções. -----

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

Cláudio Miguel Bento Trovisco (PSD) – Que começou por referir que na anterior Assembleia Municipal, ou seja na sessão de fevereiro, intercedeu pela reposição da iluminação da Zona Industrial e foi-lhe respondido que de imediato iriam ser tomadas medidas para fazer a reposição integral da referida iluminação, dado que pelo menos até ontem à noite nada foi feito, pretendia saber qual o ponto da situação. Outra questão, e tendo em conta que falta pouco mais de um ano para o próximo ato eleitoral das autárquicas, será pertinente levantar algumas questões sobre aquilo que foram algumas das promessas eleitorais do atual Executivo, que julgo ainda estão por fazer, nomeadamente o Museu do Território, o Centro de Acolhimento da Zona Industrial, a Praia Fluvial Vale da Porca/Salselas, Pavilhão Multiusos, Requalificação do Complexo das Piscinas Municipais, Ligação Ecológica Macedo/Azibo, o Grande Festival do Azibo, Seguro de Saúde para os Cidadãos do Concelho, Centros de Dia

Handwritten signature and initials: "cis" and "an" with a flourish.

para Idosos nas Freguesias do Concelho, Casa de Gerações, a Renovada Frota Verde (ao que sei já começaram), Centro Incubador de Empresas (mas um que efetivamente funcione), Centro de Inovação Tecnológica de Macedo, a Rota dos Miradouros e a Recuperação do Dormitório para Estudantes. -----

Ilídio João Alves (PS) – Referiu que a sua intervenção tem como intuito dar os parabéns à Junta de Freguesia de Vilarinho de Agrochão por mais uma Edição da Feira do Folar que mais uma vez foi um sucesso. Na senda dos parabéns, como não podia deixar de ser, parabenizar também a Junta de Freguesia de Vale de Prados, e à Comissão da Páscoa de Outrora, Queima do Judas e Feira do Calço. Em boa hora decidiram não cancelar o evento porque apesar das más condições climatéricas foi um sucesso e espero que este evento tenha continuidade porque já tem uma certa preponderância na Páscoa do nosso concelho. -----

José António da Silva Madalena (PSD) – Que disse “ A propósito da presença nesta Assembleia do Sr. Presidente da Câmara Municipal dizer-lhe que Sua Excelência resolveu integrar a Lista de Candidatos à Assembleia da República e ao fazer esta opção pensei que já não voltava. Mas a verdade é que não foi eleito e a Candidata, cabeça de lista também não foi escolhida para Secretária de Estado, nem abdicou do lugar de Deputada e vemos o Sr. Presidente voltar de mansinho à Presidência da Câmara Municipal. Comparando com alguns comportamentos que muito prezo, interrogo-me: Não acha que os macedenses mereciam um pedido de desculpa por este seu regresso quando deu a entender que estava de saída? -----

Quanto à Comemoração dos 50 anos do 25 de abril, dizer que foi uma festa bonita e que teve uma grande adesão por todo o País, não só pela efeméride dos 50 anos mas porque penso que as pessoas vão percebendo que a democracia não é algo adquirido. É algo que temos de construir todos os dias, em que todos temos de trabalhar e temos de ser apóstolos dessa mesma democracia. Mas, no decorrer da festa houve um momento em particular do qual eu não gostei, que foi ao desterrar uma placa que se dizia alusiva ao 25 de abril e que surpreendeu tudo e todos com a conotação partidária de um punho esquerdo cerrado, símbolo do seu partido a segurar um cravo. Caro Sr. Presidente, o 25 de abril é do povo não é de nenhum partido político, e da democracia, é da liberdade e é de todos nós. Não desfazendo do artista local, da sua criatividade ou do seu sentido estético, esperava-se o bom senso de que a placa ali desterrada tem conotações evidentes com o seu partido e isto sim, é um desrespeito à democracia e à pluralidade defendida pelo sentido de abril. Existem símbolos universais para homenagear abril, o cravo e a espingarda são dois deles, no



Handwritten signature and initials

entanto o Sr. Presidente optou por não respeitar a democracia, a liberdade e a pluralidade, permitindo que uma placa com o símbolo gráfico do seu partido fosse de homenagem à democracia que o seu Executivo decidiu promover nas comemorações do 25 de abril. Lembrar-lhe apenas que o 25 de abril não é uma situação local, o 25 de abril é de Portugal é dos portugueses.” -----

Daniela de Almeida Rebelo (CDS-PP) – Que fez a seguinte intervenção: “ Há muitas Assembleias a esta parte que o CDS tem vindo a partilhar a sua preocupação com dois temas predominantes, a Zona Industrial e a Habitação 1.º Direito. Na Assembleia Municipal de abril de 2022, acolhemos com entusiasmo a novidade da expansão da Zona Industrial, contudo à data sugerimos a adaptação da Zona Industrial existente às novas necessidades e expectativas designadamente, sustentabilidade, modernidade e atratividade. Ora, hoje, ainda verificamos uma Zona Industrial inacabada e cinzenta, a não ser a vegetação alta que temos nos passeios que não foram revestidos e impossibilitando a sua utilização mesmo que em terra batida. Quando falamos de atratividade também perguntamos o que tem de atrativo passeios pedonais que tenham como revestimento o alcatrão. E, porque até hoje temos tampas elevadas que suscitam o desvio de qualquer tipo de veículo qualquer que seja a sua dimensão. ----- O CDS também partilhou a sua expectativa quando aderimos à Associação Portuguesa de Parques Empresariais e como explicam que passado tanto tempo a APPE, veio colmatar as necessidades Empresariais no nosso concelho, qual a estratégia concreta e qual o desenvolvimento da Comunidade? Fizemos estas perguntas em setembro de 2022 mas que sentimos que ainda hoje não estamos esclarecidos. O CDS continua a defender uma Zona Industrial concluída e com uma visão renovada, ecoficiente e sustentável que equilibre o solo humanizado e o solo natural que preserve a estrutura ecológica existente, que potencie estruturas ecológicas que valorize e preserve a envolvente e que seja exemplar no impacto ambiental. Para tal devia ser caracterizada e propomos que essa renovação seja definida por um desenho urbanístico renovado, funcional e atrativo, caracterizado por um zonamento funcional e pela valorização de uma estrutura verde bem definida em espaços e percursos, mas em suma o que nós pretendemos e pedimos é uma Zona Industrial concluída. Nesta mesma ocasião referimos a importância que o CDS também atribui à ligação da Zona Industrial à Gõdina. Fomos informados à data que estavam a ser promovidos todos os esforços e como é óbvio acreditamos. Por isso hoje perguntamos: Nestes dois anos em que é que o Município se envolveu, promoveu, apoiou ou pressionou para chegarmos a esta ligação à Gõdina? -----

Relativamente ao 1.º Direito em abril de 2023 o CDS identificou alguns pontos e algumas datas. O nosso documento Municipal de Estratégia Local da Habitação, diagnóstico global das carências habitacionais datava de janeiro de 2021. Em junho de 2021 o Município celebrou um acordo de colaboração com o Instituto da Habitação e Reabilitação, acordo esse que visava o apoio financeiro de cerca de 4 milhões de euros e tinha a duração de seis anos, portanto até 2026 que já passaram quatro anos, desses seis anos. O Acordo incidia na Reabilitação de casas habitadas mas com condições pouco dignas de habitabilidade, compra de outras e posterior arrendamento e ainda construções novas, ora ênfase, construções novas. Na Estratégia Local de Habitação também foram identificados 155 agregados em condições habitacionais indignas no concelho. Ora, perguntamos: quantos desses 155 aglomerados já têm solução definida, planeada com prazos para terem acesso à habitação requalificada? Relativamente às construções novas perguntamos em que fase estão esses concursos? -----

Maria José Vieira Teodoro Moreno (PSD) – Que disse: “ Quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara no que respeita aos jardins e à limpeza da Cidade, apesar do comunicado que fez à Onda Livre a dizer que a Empresa tinha rescindido o contrato porque não tinha mão-de-obra, independentemente disso pergunto se não haverá ninguém que limpe a Cidade? É que está uma vergonha, as giestas estão muito altas, há buracos atrás de buracos e se quiserem ver a nossa cidade, antes, nunca esteve assim. Por isso apelo aqui, com todo o respeito, para que encontre mãos para que limpem a nossa cidade, bem como as nossas freguesias. Reitero o apelo ao bom-senso e à limpeza da Cidade que está uma vergonha.” -----

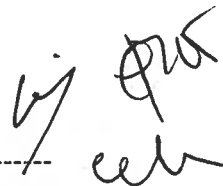
Beatriz Justo Lopes Pereira (PS) – Fez a seguinte intervenção: “Sou uma das filhas da liberdade. Quando nasci, nasci como plena usufrutuária de todas as regalias que a Revolução do 25 de abril permitiu aos cidadãos portugueses. Na minha vida, na minha casa, sempre houve referências a essa data, livros que pude ler e discos que pude ouvir. Na escola e na vida percebi que o 25 de abril é um marco de viragem fundamental na história mais recente do nosso país. Esta data representa um momento icónico. Naquela primavera de 1974, as pessoas estavam imbuídas de um desejo ardente de mudança. Cansadas da opressão e da falta de liberdade, todos apostaram na construção de um mundo novo, que agora é preciso manter, enriquecer e desenvolver em permanência. -----
Minhas senhoras e meus senhores, -----



Luiz Gaur
cel

Não poderia deixar de falar do 25 de Abril no ano em que se comemora meio século de uma transformação que alterou todas as estruturas de um país mergulhado num cinzentismo de ideias e numa pobreza material e espiritual. Eu não vivi essa época, no período do chamado fascismo, mas são a poesia, a música e os testemunhos de quem nele viveu que me elucidam e ensinam sobre esse tempo de obscuridade. Hoje, mais do que nunca, perante a ameaça de novas forças retrógradas e saudosistas desse passado, leva-nos à necessidade de lembrar, lembrar e assinalar a importância desta data libertadora. Estou por isso grata ao meu município, enquanto jovem e usufrutuária das transformações que o 25 de Abril permitiu, pela ideia de colocar um mural na praça central da nossa cidade. Um mural que nos entra no olhar, e que a partir de agora a todos fará lembrar que houve uma data que instaurou uma sociedade nova e promissora, uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária e mais democrática, que é aquela em que nós vivemos há já 50 anos. Este memorial surgiu como uma oportunidade. Um marco de memória que acalenta a ideia mais pura e mais bela dessa tal madrugada esperada, ou como disse Sophia De Mello Breyner, “O dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio, e livres habitamos a substância do tempo”. -----

O mural ao 25 de Abril que agora foi colocado na praça do nosso município faz-nos também pensar no movimento de libertação das mulheres e nas transformações que o dia “inicial inteiro e limpo” permitiu. Contou-me a minha avó e por isso eu acho que é preciso lembrar. E porque sou mulher...É preciso lembrar que durante o período do regime fascista em Portugal, as mulheres enfrentaram diversas restrições e desafios nas suas vidas, perfeitas marionetas numa sociedade conservadora e tradicionalista sendo relegadas ao papel de esposas, mães e donas de casa. É preciso lembrar que as mulheres eram enquadradas num modelo patriarcal e arcaico, sem direito a trabalho, dependentes e exploradas por uma sociedade machista e sem escrúpulos de nenhuma natureza. Não podiam sair do país sem autorização do marido e se enfermeiras ou hospedeiras não podiam casar! É preciso lembrar que para as mulheres as oportunidades de educação e emprego eram limitadas, e havia uma forte ênfase na submissão feminina aos valores tradicionais e religiosos. O regime também afetava as mulheres que enfrentavam restrições severas na sua liberdade de expressão e associação. Era preciso lembrar tantas e tantas outras anormalidades que seria exaustivo estar agora aqui a enumerar, e que o Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar e posteriormente por Marcelo Caetano, impuseram a este nosso país. Mas “O dia inicial inteiro e limpo” um dia surgiu. A sua data está agora gravada em permanência na Praça do nosso Município. Façamos dele uma eternidade



de rubros cravos tatuados no nosso coração.” -----

David da Silva Martins (PSD) – Que disse: “ Na passada quinta-feira festejaram-se os 50 anos do 25 de abril, o dia da liberdade. Festejou-se entusiasticamente por todo o País mas, irei cingir-me unicamente aos festejos no nosso concelho. As nossas Entidades, entre as quais o Executivo da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia, entre outros, vestidos a rigor e com o cravo na lapela como manda a ocasião discursaram elevando a data a uma liberdade que sinceramente não sinto neste concelho. Discursos demagógicos, onde da realidade, ao que foi dito, vai um fosso abismal. Em primeiro de tudo há uma confusão entre liberdade e democracia. Aqui, vivemos em democracia consoante os ciclos vão passando o povo escolhe quem quer ver no comando do concelho. Mas haverá liberdade? Na minha modesta opinião não. E, porque não? Porque liberdade é a ausência de medo e podermos escolher o lado que queremos sem receio de represálias, o que não acontece em Macedo de Cavaleiros. Há um receio entre os funcionários do Município poderem livremente exprimirem a sua opinião porque são encostados, prejudicados e ostracizados em relação aos seus pares. Um bom exemplo disso é o início deste Executivo em 2017 onde todos foram chamados a conversar, onde alguns tiveram que recorrer aos Tribunais para lhe ser feita justiça e onde mais de três dezenas de quadros altamente qualificados abandonaram o seu posto de trabalho e preferiram fazer uma centena de quilómetros por dia do que sujeitarem-se às pressões que sofriam no seu local de trabalho. Por outro lado os concursos. Para preencher os lugares de funcionários, falava com alguém num outro dia e essa pessoa dizia “...é incrível, agora é mesmo à cara podre, já nem se esconde...”, e com razão. Quem não se lembra do início do EDRU onde o Sr. Presidente da Câmara Municipal numa Assembleia Municipal realizada nas Arcas falava sobre a pessoa que iria tomar as rédeas desse Gabinete, palavras do Sr. Presidente “...é uma pessoa competentíssima, vocês verão. Não digo já o nome mas ficarão impressionados, dizia no meio de elogios rasgados e válidos. Tudo normal. Não estivesse ainda o concurso por abrir ou em andamento. Ou sobre tantos casos onde ainda não se concorreu mas já se sabe para quem é o lugar e entre vozes semi-abafadas nos corredores da Instituição todos comentam. Depois vemos os casos dos Presidentes de Junta “...se queres algo, tens de vir por nós...” aqui não há necessidades nem prioridades, há que arranjar candidatos e se forem do outro partido ainda melhor. Ou os conselhos carinhosos como os do Sr. Vereador Rui Vilarinho, na Assembleia Municipal de fevereiro para o Presidente da Junta de Corujas em que lhe disse “...Miguel, aconselho carinhosamente a não vir discursar para aqui assim. É só um conselho...”. Isto é ou não é uma forma de fazer pressão? -----



cin
Fus
cel

Por último ao Sr. Presidente da Assembleia, pessoa por quem tenho a maior estima mas que por vezes não cumpre a isenção que o cargo lhe traz. Quantas vezes se fica sem respostas, ou por amuos do Sr. Presidente da Câmara, que se tem resposta se refugia numa birra e acusa tudo e todos de demagogia, sendo só ele o dono da verdade, ou, quando os técnicos estão presentes e são colocadas dúvidas numa questão e por qualquer razão o Executivo não quer ver esclarecida, como por exemplo o que aconteceu na aprovação de Contas de 2022 na Assembleia Municipal realizada em Carrapatas, onde depois de seis horas de reunião, (minhas e do Sr. ROC), responsável pela elaboração do documento das Contas da Câmara, foi negado a explicação dessas contas a toda a gente, nomeadamente a mim e às dúvidas que eu tinha e portanto abandonei a Assembleia, abdicando da senha que já tinha ganho. ----- Sou um homem de abril e lutarei sempre pelos meus ideais e pela liberdade e só tenho a dizer-lhe, não passarão.” -----

Nélio Jorge Gomes Pimentel (UPM) – Que fez a seguinte intervenção: “ Começo por fazer 3 saudações particulares. Uma saudação à liberdade e à democracia, dois valores fundamentais e de base para o desenvolvimento de uma Sociedade. Ainda que possamos afirmar que tanto está por cumprir, ainda que possamos dizer que a qualidade daqueles que ocupam lugares políticos ou outros de administração têm gritantemente decrescido. Ainda que, entre tantas outras coisas possamos entender que o descrédito de quem nos governa e que a falta de esperança daí resultantes, nos faça esmorecer vale mais uma má democracia que a melhor das ditaduras. Vale mais gritar liberdade que libertem-nos. Vale muito mais um Portugal Parque da Europa, ainda que na sua cauda, do que um Portugal orgulhosamente só. Vale mais um dia 25 de abril ou 25 de novembro do que qualquer um dos dias dos 48 anos de Salazar ou Caetano. É por isso que não podemos deixar de elogiar a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal pelas Comemorações dos 50 anos de abril, ainda que eu entenda que as comemorações formais de fato e gravata com discursos que nada acrescentam contribuem para o afastamento do Povo. O Programa que nos trouxeram de parceria, rede e envolvimento da Comunidade merece ser elogiado e estão de parabéns por isso. Além da impreparada organização deste tipo de iniciativas, mas isso já é habitual, há no entanto duas coisas que devem ser criticadas. Uma deixo para depois, a outra é referente ao Mural descerrado junto aos Paços do Concelho que já aqui falaram. Não me atrevo a tecer comentários sobre o sentido estético do mesmo, nem a criticar quem o fez porque estou certo que o fez com a melhor das intenções. Mas, critico quem aceitou a oferta sem a avaliar ou, quem não teve sequer coragem de

transmitir a quem de direito que aquilo não podia ser aceite. Uma crítica também para quem aceitou ficar na fotografia ao tirar a bandeira sem saber o que estava ali por detrás. Abril não é de esquerda nem é de direita, abril é de todos e se abril é de todos, abril não é de um só Partido Político. Um Mural autorizado pela Câmara Municipal num espaço público que se destina a ser da Comunidade não deve ter setas, foices ou punhos cerrados e, se quiserem, neste contexto, em Macedo, também não deve ter as flores da esteva. A segunda saudação é dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal Jovem é um projeto seu que serve para aproximar os jovens da política, e, parabéns Beatriz por aqui teres vindo. Algo importante no momento em que mais do que nunca precisamos de trabalhar para as gerações que nos seguem se interessem pelo nosso quotidiano, que consumam livros, que participem e desenvolvam o seu sentido crítico para que mais fácil seja defender a liberdade e a democracia. Sr. Presidente da Assembleia, ainda que eu seja daqueles que não lhe reconheça a isenção necessária e a separação devida relativamente à Câmara vai V.^a Ex.^a deixar uma marca importante no nosso concelho. Estou certo disso, fico contente e dou-lhe os meus parabéns no sentido de o incentivar a continuar. A terceira saudação, em jeito de felicitação dirijo-a ao Sr. Presidente Benjamim Rodrigues, pessoa que tão bem tem usado a liberdade e as regras que a democracia lhe proporcionam. E, dirijo-a a si Sr. Presidente precisamente por estar aqui na função de Presidente da Câmara Municipal depois de tanto ter feito para nos abandonar. Agora que é conhecida a lista do PS às Eleições Europeias e o seu nome lá não consta, podemos dizer que não será pela via eleitoral que V.^a Ex.^a vai deixar as suas funções antes do término do mandato Autárquico. Nós achávamos que com a sua Candidatura às Eleições Legislativas devia ter tido a coragem de se ter demitido e as razões tornamo-las públicas. Mas já que aqui está depois de o povo o ter rejeitado, e ainda que a sua posição saia consideravelmente mais fraca enquanto Presidente do Município desejamos que faça o que ainda não foi feito. A bem de Macedo, uma de vez o seu Executivo e seja Presidente a tempo inteiro. Por nós, bem-vindo e boa sorte.” ---

Sérgio David Ramos Borges (PSD) – Que disse: “ Na reunião de câmara de 24.10.2023 uma freguesa mostrou a sua preocupação pelo estado da Rua e pela necessidade do alargamento da mesma e estou a falar da Rua Vila Cordeiro em Macedo de Cavaleiros. Tal como mencionado pela engenheira responsável, pelo menos na altura, uma vez que a Junta de Freguesia não tem a competência nem autonomia para realizar as obras nessa Rua, pergunto o que foi feito pelo Município, desde essa reunião de câmara na referida rua. Em relação à Rua de Santa Bárbara, assunto que já abordei aqui mais do que uma vez, reitero que cada vez mais traz

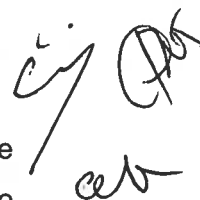


Cy Pires
ew

transtornos à população porque só está remendada, e mal, o que faz com que os automóveis que por ali circulam sofram bastante. Pretendo saber qual o tipo de piso que está previsto no final da obra e para quando está previsto o término da mesma.” --

Jorge Orlando Pires Asseiro (PS) – Começou por dar os parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa que teve em homenagear nas Juntas de Freguesia todos os eleitos que prestaram serviço nas Freguesias depois do 25 de abril. No meu entender foi uma excelente iniciativa. Pretendo ainda fazer um pedido de ajuda ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, porque fui abordado por alguns criadores de gado ovino da minha Freguesia que manifestaram uma grande preocupação porque não conseguem vender a lã pois não há quem a compre e sendo um produto difícil ou praticamente impossível de reciclar, corremos o risco de ter aqui um sério problema ambiental que pode vir a ser muito complicado. Deixo este pedido que está a afetar não só a minha freguesia mas todas as da Zona Nascente do Concelho, solicitando que possa interceder junto da CIM-TTM para nos ajudarem a solucionar este problema.-----

Maria da Assunção Gemelgo Correia (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: “ Em março de 2022, o Município abriu concurso para seis assistentes operacionais na área de jardins e oito assistentes operacionais para limpeza e manutenção de espaços urbanos. À data quando o Sr. Presidente solicitou a esta Assembleia a abertura destes lugares ao quadro de pessoal do Município justificou a sua necessidade com o facto de que com a conclusão do Parque Urbano da Cidade o Município passaria a necessitar de mais técnicos para trabalharem de forma conveniente e suficiente na manutenção desses mesmos espaços verdes e jardins públicos e ainda também justificava esse pedido pela necessidade destes operacionais no Azibo absorverem muitos destes trabalhadores principalmente na época do Verão. Ora, estes operacionais entraram efetivamente para os quadros do Município em setembro do mesmo ano, 2022. Sucede que em março de 2024 a Câmara Municipal celebrou contrato no valor de 84 mil 242 euros para efetuar os mesmos serviços para os quais contratou os assistentes operacionais em 2022. Sabendo-se que desde 2022 até ao presente não houve aumento de espaços de áreas ajardinadas, questiona-se a razão, ou razões para que o Município tenha efetuado aquela prestação de serviços externos? O pessoal contratado para o efeito em 2022 não está a desempenhar as funções para as quais foram contratados? Se não, qual o motivo?” -----



Manuel António de Sá Mico (PS) – Na sequência das Eleições Legislativas de 10 de março de 2024 dou os parabéns ao PSD e ao CDS pela vitória. De salientar que ficamos com um Secretário de Estado do nosso Distrito, o ex-Presidente da Câmara de Bragança que é sempre bom. Aproveito também para felicitar o Sr. Presidente desta Assembleia, Dr. Camilo Morais pela criação da Assembleia Municipal Jovem, porque são estas iniciativas que fazem com que o 25 de abril não termine, uma vez que se envolvem os jovens e esta iniciativa está já a ser copiada por várias Assembleias do país, que querem seguir esta excelente iniciativa. Relativamente à ligação de Bragança à Gõdina pergunto ao Sr. Presidente da Câmara em que ponto está, pois é uma questão que nos deve preocupar a todos uma vez que é muito importante até para o desenvolvimento da nossa Zona Industrial. Quanto ao Parque da Cidade pergunto para quando está prevista a sua inauguração.” -----

Andreia Susana Amaro Baptista (PSD) – Que disse: “ O que me traz aqui é relembrar e solicitar mais uma vez rapidez nas situações que estão pendentes na Freguesia de Vinhas e pelas quais aguardo uma solução, nomeadamente o arranjo da estrada entre Vinhas e Castro Roupal, que já lembrei na anterior Sessão da Assembleia Municipal, a colocação de um espelho danificado em Castro Roupal e um novo em Vinhas, a colocação dos paralelos nas fugas de água, que também já anteriormente tinha falado, postes de iluminação na rua recentemente pavimentada recentemente em Vinhas, a remoção dos sobreiros que estão a danificar a Escola primária em Castro Roupal. Todos os dias os habitantes se queixam e como as situações não são resolvidas, para todos os efeitos os Presidentes de Junta é que são os culpados. Aproveito ainda para perguntar se há alguma uma previsão para a colocação da ETAR em Vinhas.” -----

Carla Alexandra Dias Miranda (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: “ A minha questão é direcionada para o Sr. Vice-presidente da Câmara que se bem se lembra na Assembleia Municipal de dezembro de 2023 deixou claro que a obra do Aqueduto iria ser iniciada em início ou meados de janeiro de 2024 e, tendo em conta que estamos no fim de abril e a obra continua a céu aberto, sem indícios de qualquer intervenção, transmitindo pouca segurança Não só aos habitantes de Vale da Porca mas também a todos os que nos visitam. Ou seja, todos os dias as pessoas me perguntam a que ano o Sr. Vice-presidente se referia. Gostaria que me respondesse não só a mim mas também aos habitantes da minha freguesia que todos os dias me questionam quando é que a obra é feita, como e quando vai ser feita, porque eu já não tenho resposta para lhes dar, e este problema já se arrasta há mais de um ano e está aqui em causa



Handwritten signature and initials

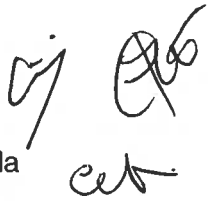
uma questão de segurança naquele aqueduto.” -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às interpolações dos Srs. Deputados Municipais. --

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse: “ relativamente à questão da iluminação da Zona Industrial referiu que não depende das diligências e da nossa capacidade de intervir junto das Infraestruturas, depende sim da própria infraestrutura. Até agora tudo fizemos insistindo para que o assunto seja tratado e continuaremos a fazê-lo até que o nosso pedido seja atendido e como agora temos um Governo de Direita certamente que as respostas agora serão mais céleres e com respostas à altura, pelo menos tudo faremos para o conseguir. -----

Quanto às obras que aqui foram enunciadas elas só nos enchem de orgulho porque de facto continuam a ser o nosso objeto de atuação. Apelo no entanto para que façam uma reflexão às obras que foram concluídas nos últimos 16 anos e as que estão concluídas agora nestes 6 anos, e por aí podem ver a nossa capacidade de execução. Obviamente que o fazerem parte do nosso programa e o continuarem a fazer, como é o caso da Zona de Acolhimento da Zona Industrial continua em aberto, as Piscinas também continuam em aberto e estão sinalizadas, o Pavilhão Multiusos está sinalizado, o Corredor Verde de Vale de Prados está sinalizado, quando à Casa das Gerações continua em cima das nossas intenções e neste momento fazem parte do Ministério da Justiça estando a Câmara à espera que nos passem essas instalações. A Incubadora continua em grande e já temos uma relação muito próxima quanto a este projeto com o IPB, a Rota dos Miradouros está dependente da disponibilidade dos Fundos da Associação de Municípios do Baixo Sabor, mas estamos a trabalhar em Rede e vamos continuar. Agora juntem estas obras todas e vejam qual o orçamento que as mesmas englobam e digam qual é o Município que conseguia fazer estas obras todas em seis anos. Se não conseguiram fazer em 16 anos, conseguiam fazê-las em 6 anos?. Para além de que todas as pessoas com quem falamos que não são de cá têm orgulho neste Executivo e naquilo que tem feito, não sendo necessárias mais explicações. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Ilídio Alves agradecer a sua intervenção dizendo que tenho muito orgulho que as nossas Freguesias façam as suas Feiras Temáticas e continuem a recuperar Tradições de Outrora, como aconteceu na Páscoa na Freguesia de Vale de Prados, deixando aqui uma saudação e um bem-haja à Presidente da Junta desta Freguesia, pelo desempenho que tem desenvolvido. -----



O Deputado Municipal José Madalena falou na lista do Partido Socialista à Eleição da Assembleia Da República, dizer-lhe que não estou minimamente preocupado. Obviamente que enquanto cidadão somos livres de fazer parte das listas que quisermos, sem fugirmos às nossas responsabilidades. Só devíamos era ter orgulho em fazer parte de uma lista em que a minha pessoa integrava em segundo lugar, pois isso prestigia o concelho e, reparem quantas vezes as listas quer do PS quer do PSD, levaram alguém em 2.º lugar para representar o País na Casa da Democracia, que quanto a mim deveria ter sido um orgulho e uma honra para toda a gente do concelho de Macedo de Cavaleiros. Dizer ainda que para mim correu bem porque no panorama nacional onde perdemos menos votos em percentagem foi no Distrito de Bragança. Quanto ao vir de “mansinho” não se encaixa porque estou aqui para assumir as responsabilidades e para dar o corpo às balas sem qualquer problema. E sempre disse e continuo a dizer que não tenho qualquer problema em ser Candidato às próximas eleições autárquicas, podem ter a certeza que cá estarei para ser julgado pelo povo. Quanto ao pedido de desculpa sinceramente não sei porque devia fazê-lo pois não vejo motivo para o fazer. E, eu nunca disse que estava de saída e vocês é que têm de assumir a responsabilidade pelo que dizem. Para terminar e no que diz respeito ao Mural pergunto desde quando um punho está apenas ligado ao Partido Socialista Português? Se é direito ou esquerdo não faço ideia mas sei que não houve essa intenção que aqui foi insinuada. Mas na verdade tenho muita honra naquela obra que contempla muitos símbolos em pouco espaço daquilo que é a homenagem que o povo macedense quer aos Capitães de abril, às pessoas que lutaram pela liberdade, àqueles que sofreram a opressão e temos muita honra e orgulho naquela obra que representa os valores do 25 de abril. -----

Quanto à intervenção da Deputada Municipal Daniela Rebelo no que diz respeito à Zona Industrial desafio a que seja feita uma avaliação daquilo que foi feito em dezasseis anos e o que foi feito nestes últimos seis anos. Não há comparação possível. Há Lotes que estão aniquilados e de forma abusivamente apropriados sem terem o objeto para o qual foram destinados. Não têm noção da quantidade de Lotes que estão penhorados em várias e distintas entidades e tudo estamos a fazer para reverter a situação porque infelizmente há investidores em Macedo interessados e a Câmara não os pode atribuir, estando a equipe responsável pela Zona Industrial a trabalhar nesse sentido, tendo como objetivo como já referi reverter a situação. -----

Sobre a APPE, a Câmara aceitou aderir mas neste momento posso dizer que tem um património que ronda os doze mil euros, tem um passivo considerável e uma capacidade de intervenção nas Áreas de Acolhimento Empresarial quase residual ou nenhuma. Resumindo fazemos parte da APPE mas não mais do que isso. A conclusão



Handwritten signature and initials in the top right corner.

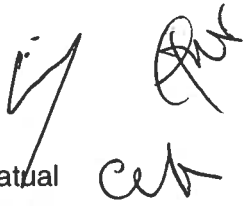
da Zona Industrial irá seguir os trâmites possíveis dentro da capacidade financeira e orçamental da Câmara e neste momento a Execução da Unidade 4 está a decorrer. No que diz respeito à Gôdina toda a gente sabe que a última grande intervenção em que estive presente foi na Diputacion de Zamora, num evento em que estavam em sintonia os Municípios Espanhóis e os Municípios de Trás-os-Montes para a questão da ferrovia. E esta questão também está ligada à questão das conectividades e particularmente à questão da ligação à Galiza e tudo temos feito em termos de reuniões mas estamos sempre dependentes das opções políticas e neste caso houve aqui um retrocesso mas acredito que possamos diligenciar dentro do atual Governo para que nos ajude a desbloquear esta situação. Quanto à Reabilitação das casas habitadas e das casas a construir é do conhecimento geral o Programa 1.º Direito que está em andamento e ainda agora estávamos a falar nos 32 fogos que vão ser reabilitados que envolve um custo de mais de dois milhões de euros mais a construção de mais dezasseis novos fogos num Bairro Social. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Maria José Moreno sobre os jardins dizer-lhe que ainda não vejo giestas na Cidade mas até era bom que as houvesse no Parque Urbano da Cidade que permitia a polonização das abelhas. Quanto à mão de obra não havia e a empresa contratada teve a informação que irá começar a ser feita na próxima segunda-feira. Nas áreas verdes que a Cidade tem e que são muitas a Câmara vai fazendo com os funcionários do Município, com as limitações que temos porque não há quem queira trabalhar nos jardins. -----

Na intervenção da Deputada Municipal Beatriz Pereira fez um discurso muito bonito e emotivo, e demonstrou que está elucidada quando à liberdade e ao 25 de abril, apesar de não o ter vivido. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal David Martins vou-me abster de a comentar porque como já aqui referi anteriormente não comento este tipo de intervenções, onde se põe em causa a Democracia e depois põe-se em causa o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal porque isso é estar exatamente a contradizer-se. Democracia é respeitar os valores da nossa Democracia e quando não se respeitam, está tudo dito. -----

A intervenção do Deputado Municipal Nélio Pimentel foi um bom discurso mas quanto à suspeita da forma como foi concebido o Mural garanto-lhe que não houve má intenção. E digo-lhe se nesse Mural a flor fosse a da esteva ficava muito contente porque esse símbolo é muito bonito. Relativamente à questão de eu me demitir por ser Candidato à Eleição da Assembleia da República, dizer-lhe que foi na circunstância que foi e eu nunca mostrei a intenção de ir para a Assembleia da República e posso



dizer que mesmo não sendo eleito fui convidado para ir e não aceitei. A atual Deputada passou-me o testemunho e eu recusei porque sou candidato às próximas eleições autárquicas pelo Partido Socialista. E não me demito, não vos faço essa vontade e estarei convosco a disputar as próximas eleições de forma ordeira e cívica. - Quanto à intervenção do Deputado Municipal Sérgio Borges sobre a sinalética o Sr. Vice-presidente dará essa explicação. No que diz respeito à Rua de Santa Bárbara em Travanca os transtornos são óbvios, quando são realizadas obras enquanto os trabalhos não são concluídos é normal acontecerem estes transtornos mas têm de ter paciência. -----

À intervenção do Deputado Municipal Jorge Asseiro dizer-lhe que este é um problema que se verifica a nível nacional, mas em particular em Trás-os-Montes onde ainda há muito gado ovino, mas junto da CIM-TTM tudo farei para que se crie uma solução e também o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Rural vai fazer diligências nesse sentido, ou seja procuraremos soluções para resolver esta questão. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Conceição Gemelgo quanto à limpeza dos jardins e dos funcionários que entraram lembro que há muitos funcionários da área da limpeza e dos jardins que se reformaram e com o aumento das áreas verdes é cada vez mais difícil fazer esta gestão e é por isso que a Câmara recorre a Empresas externas. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico a Câmara já deu os parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa e criação da Assembleia Municipal Jovem uma forma de ajudar a preservar os ideais de abril e a ter consciência do que é expressar-se em liberdade aqui neste fórum. No que diz respeito à ligação da Gõdina dizer que não desistimos e continuamos a encetar as necessárias diligências e a encetar todos os esforços sobretudo o Município de Macedo e o de Vinhais. Quanto ao Parque da Cidade e a zona da entrada Norte a adjudicação está a decorrer e em princípio dentro de 3 meses poderemos inaugurar a obra completa. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Municipal Andreia Batista sobre o arranjo da estrada que liga Vinhas a Castro Roupal é efetivamente necessário e está previsto fazer essa intervenção: Quanto aos espelhos e aos sobreiros vamos providenciar para que seja tratado. Já quanto à ETAR tal como a de Carrapatas está em Plano e portanto é para executar. -----

A intervenção da Deputada Municipal Carla Batista quanto à questão das obras do Aqueduto e à segurança será respondido pelo Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal." -----

Concedida a palavra ao **Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal** que respondeu ao



Sig
Que
ceb

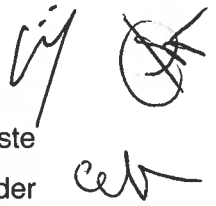
Deputado Municipal Sérgio Borges dizendo que de facto numa reunião de câmara pública esteve presente uma munícipe a sugerir que fossem feitas umas alterações na Rua Vila Cordeiro e essas sugestões foram devidamente registadas e acolhidas e a intervenção foi feita indo de encontro à sua sugestão. Quanto à ligação da Rua Vila Cordeiro ao Ginço está para ser intervencionada, mas quanto ao alargamento da via terá de passar primeiro pela negociação dos terrenos com os seus proprietários, pois são privados. Relativamente à Rua de Santa Bárbara em Travanca o término da obra tem uma data prevista, o piso vai ser requalificado o que foi danificado e à posteriori a intenção é fazer uma intervenção total no piso todo, logo que seja possível. -----

Relativamente à questão da Deputada Municipal Andreia Batista da estrada de ligação de Vinhas/Castro Roupal existe efetivamente uma parte que está muito danificada e está contemplada como uma das prioridades para executar, quanto aos sobreiros e aos postes já estão a ser feitas diligências para tratar o assunto. Quanto à ETAR à semelhança do que informou o Sr. Presidente da Câmara, está contemplada em Plano e vai ser executada. -----

Em relação à Deputada Municipal Carla Miranda dizer-lhe que tem razão, e por isso assumo a responsabilidade. Efetivamente em fevereiro disse que iam iniciar as obras mas após ter sido efetuada uma visita técnica à aldeia de Vale da Porca mais em concreto à obra que referiu, constatou-se que não se pode resolver com manilhas, primeiro tem de ser aplicada uma rede específica que já foram medidas e desenhadas, já foi pedido um orçamento e, logo que possível serão colocadas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu o segundo período de intervenções. Inscreveram-se os Deputados Municipais: -----

Cláudio Miguel Bento Trovisco (PSD) – Que em relação à iluminação na Zona Industrial recorda ao Sr. Presidente da Câmara que esta questão já se arrasta desde 2018, altura em que foi desligada a iluminação. Lembro que na mesma altura foi desligada também a iluminação do Nó de Mirandela e de Bragança, mas, entretanto já foram ligadas novamente. Agora quanto à questão – de quem é a culpa – a mim pouco me interessa o que eu gostava era de ver o problema resolvido, tal como todos os investidores que se encontram na Zona Industrial, quanto mais não seja por uma questão de segurança. Relativamente à questão das obras sinalizadas, gostaria que o Sr. Presidente explicasse o que é uma obra sinalizada. Se é algo que já está no papel, se já tem verba contemplada ou se é uma ideia que está em cima da mesa à espera de ser feita? Há sensivelmente um ano tivemos uma Assembleia Municipal em



Carrapatas onde foi feita uma excelente demonstração de todas as obras que este Executivo fez. Mas se me é permitido 10 ou 15 minutos no uso da palavra para poder elencar as obras que o Executivo do PSD fez em 16 anos, elas ocupam 2 páginas. Não se esqueçam que o PSD foi eleito para o Executivo pelos cidadãos do concelho três vezes e terem a distinta lata de virem aqui dizer que o PSD não fez obra tem que se lhe diga. -----

Maria José Vieira Teodoro Moreno (PSD) – Que disse: “Sr. Presidente que realmente o 25 de abril é de todos. Nós tivemos o privilégio de nascer no 25 de abril ou o vivenciarmos porque à data o Sr. Presidente teria 10 anos e nessas circunstâncias deve ter ouvido o que era o 25 de abril através dos pais ou tios. Os que nos encontramos hoje nesta sala, cada um tem a sua ideologia, mas livre sem peias e ninguém aqui lá porque critica ou diz o que tem a dizer está de forma alguma a criar grilhões. Nós somos livres e olhando para os jardins falei das giestas e o Sr. Presidente ironizou mas, se pegarmos nas giestas para polonizar estávamos em extremismo. Por acaso o Sr. Presidente sabia que o Sr. Zetung mandou exterminar os estorninhos para não haver excrementos e depois teve de arranjar mão-de-obra escrava para haver polonização, para as abelhas poderem fazer o seu mel. Imagine os extremos. Por isso não podemos ir pelo caminho dos extremos, temos de ir pelo centro. Eu na qualidade de eleita pelo PSD sou a favor do centro e os meus amigos do PS com os quais me dou muito bem são todos de centro, portanto perante estas circunstâncias as nossas ideologias até se podem tocar, com muito jogo de cintura e sem grande problema nem alarido. Temos é de ouvir, ter jogo de cintura, acatar e falar e responder a todos com dignidade e com muita humildade.” -----

Daniela de Almeida Rebelo (CDS-PP) – Que ao Sr. Presidente da Câmara dirigiu duas perguntas muito sucintas. A APPE em concreto não é um assunto adormecido, ainda na última Assembleia vim aqui colocar uma questão e partilhar algumas dúvidas, portanto por esse motivo eu pergunto se finalmente chegamos à conclusão que a APPE tem pouca utilidade, e desde já agradeço ter partilhado essa constatação connosco, porque não fazemos um recalcule e investimos a quota noutra Associação que realmente traga proveito para o Município? Lembro que quando aprovamos a nossa integração nesta Associação, na mesma também falamos do desvinculo de outra Associação que não trazia benefício ao concelho. A segunda questão: se diz que tudo estamos a fazer para concluir A Zona Industrial, qualquer Macedense quer muito acreditar nisso, portanto pergunto-lhe – qual é o prazo, o plano, a previsão para a sua conclusão? Os macedenses querem factos concretos e precisam de uma esperança



Cij. ANS
eub

alcançável e palpável neste assunto. Tendo em conta que o Regulamento da Zona Industrial foi aprovado na Assembleia Municipal em 1997 e publicado em Diário da República em 1998, com todo o respeito pergunto sobre o plano ou sobre algo em que possamos agarrar. -----

David da Silva Martins (PSD) – Que disse: “Sr. Presidente a forma como o senhor interveio perante os Deputados Municipais do PSD, metendo o Governo e as AD’s, entre outras coisas que nada têm a ver com esta Assembleia, mostram que ainda não alterou o chip e que ainda está em campanha eleitoral para as Eleições Legislativas e que ainda tem uma cicatrizes para curar. Mas, o povo é soberano e só tem de aceitar, porque para quem não quis ir para Deputado da Assembleia da República demonstra uma irritabilidade no mínimo caricata. Quanto ao não me responder dizer-lhe que não é a mim que não está a responder, é às pessoas de Macedo e do concelho, é portanto a elas próprias que está a ignorar. E, sinceramente eu prefiro que não me responda do que me responda com realidades paralelas que só o Sr. Presidente conhece, factos que não são verdadeiros e o bom exemplo disso e bem próximo, porque há mais, muitos mais, é a Assembleia Municipal de dezembro de 2023 quando diz ao Deputado Municipal Nélio Pimentel “...agora até vou ser Deputado pela Nação, mas eu continuo aqui e vou continuar até ao final do mandato...”. Se é tão íntegro a quem faltou à verdade? Aos Macedenses que o escolheram para Presidente da Câmara ou aos eleitores do Distrito que votaram em si para os representar na Assembleia da República?” -----

Nélio Jorge Gomes Pimentel (UPM) – Começou por esclarecer ao Sr. Presidente da Câmara que nunca disse que a questão do punho no Mural do 25 de abril tinha sido feito com intenção. Disse também que não concorda com a apreciação do Sr. Presidente sobre esta questão, mas não insiste mais neste assunto. -----
Prosseguiu dizendo “só abordo a questão de o senhor ser candidato à presidência da Câmara de Macedo porque o referiu numa resposta à minha intervenção e dou-lhe os parabéns por isso e dou também os parabéns ao Partido Socialista por já ter realizado o seu processo democrático de escolha do Candidato. -----
Relativamente a outro assunto que nada tem a ver com isto. O Mercado Municipal dar-vos os parabéns porque considero a obra bonita, muito bem realizada e que enobrece aquela área da Cidade, sem dúvida. Não deixo de salientar que as chapas que ornamentam o edifício, algumas se encontravam amolgadas e já corrigiram essa situação, muito bem. Ponto negativo da obra, não concordo com aqueles passeios tão

largos numa cidade onde não perspetivamos ter gente. Acho que são demasiado largos e devia tê-lo dito na altura do projeto, não o fiz, e portanto já passou o prazo. Chamar à atenção para o barranco que está nas costas da Padaria dos Saldanhas que está imundo, mesmo muito sujo e antes de inaugurarem a obra era conveniente limparem esta zona. Há um problema que aquela intervenção da Rua me despertou depois de realizada, que é a propensa velocidade considerável naquela zona da Cidade, resultado daquele piso. Sugeriria se fosse possível, que fosse inventada uma pequena rotunda no acesso que é muito utilizado entre o estacionamento e a Rua das Piscinas que vai dar às escolas que é muito utilizada. Esta rotunda teria uma dupla função, por um lado reduzir a velocidade dos automobilistas e a questão do trânsito naquela zona. A Rua Eça de Queirós que foi recentemente intervencionada, onde já visionei mais que uma vez carros em contramão sugeriria que a sinalização fosse reforçada porque só existe lá um sinal de sentido proibido, é pouco visível e era necessário corrigir.” -----

Sérgio David Ramos Borges (PSD) – Disse que fica contente por saber que a Rua de Santa Bárbara em Travanca irá no final das obras ser toda alcatroada. Outra questão tem a ver com o seguinte “como sabem e já foi ao Conselho Municipal de Educação o Jardim de Infância de Travanca vai encerrar no final do presente ano letivo. Nas últimas Assembleias mostrei aqui a preocupação da Junta de Freguesia para este fim e indaguei sempre a Vereadora na altura responsável pelo Pelouro da Educação sobre se realmente seria encerrada e quando. Como qualquer responsável por uma Freguesia e tenho aqui bastantes homólogos é preocupante ver serviços e mais-valias para os nossos fregueses saírem e serem encerrados. E, apesar de não ter assento no Conselho Municipal de Educação, a não ser pelo representante dos Presidentes de Junta quando fui contacto por telefone durante a mesma reunião, a minha posição e da Junta de Freguesia foi ser contra o encerramento. Como previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, art.º 16.º, alínea n) e m) “...a Junta de Freguesia é responsável pelo fornecimento do material de limpeza e de expediente, (papeis, canetas, etc.) às escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar da Freguesia...”, apesar do 1.º Ciclo já estar no Pólo Escolar, a responsabilidade do Município, o Jardim de Infância ainda não está e a Junta de Freguesia como sempre fez cumprir a Lei em vigor. Com 16 crianças, duas Educadoras e três auxiliares eu pergunto: porque será encerrado o Jardim de Infância de Travanca? Que Entidades foram ouvidas e que pareceres foram pedidos para tomar esta decisão de encerrar a escola? E, prevendo e antecipando já este desfecho a Junta de Freguesia delineou para o espaço três projetos que serão uma mais-valia para a população, neste caso de



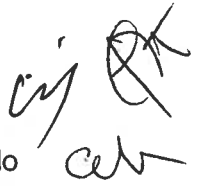
Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Travanca. Pergunto: O Município vai ceder as instalações da Escola à Junta de Freguesia para assim poderem ser uma mais-valia para toda a população de Travanca? Terminando deixando um convite a todos para visitarem a Feira do Livro organizada pela Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros que terá lugar na Sede da Junta de 03 a 05 de maio, com a presença de vários escritores locais, como o Dr. António Pires Cabral, que dá o nome à nossa Biblioteca Municipal e também Fernando Mascarenhas, Manuel Cardoso, Jorge Olímpio Bento, Catarina Broco, entre outros.” ---

Duarte Ferreira Dias (PS) – Que disse: “ Começo por saudar as intervenções dos Deputados Municipais Jovens, na Sessão da Assembleia Municipal jovem, onde não pude estar presente por motivos profissionais, mas que acompanhei à distância através da Rádio Onda Livre. Pretendo ainda fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal porque há cerca de um ano e meio foi discutido um contrato municipal de transportes afetos à Comunidade Intermunicipal e pretendia saber qual o ponto da situação, nomeadamente se vai haver ou se já está em vigor porque efetivamente já tive conhecimento de alguns casos em que há preços de passes que se praticam a estudantes que estudam em Mirandela e em Bragança que têm de se deslocar diariamente se formos comparar a outros passes que existem no País saem a preços ridiculamente mais elevados e a bem dos municípios eles merecem ter a capacidade de se transportarem em modo coletivo eficiente e o mais ecologicamente possível, dada a oferta que temos.” -----

Carla Alexandra Dias Miranda (PSD) – Disse “que na sequência da conversa que me trouxe aqui e o assunto que foi debatido e depois da resposta que me foi dada pelo Sr. Vice-presidente, dizer que é verdade que tivemos uma reunião e o Executivo achou por bem abdicar do orçamento que estava destinado para o arruamento, para a prevenção e segurança mas não se referia ao Aqueduto, referíamos-nos ao muro que também está a desabar. Ou seja, a minha aldeia infelizmente está em ruínas e uma das grandes preocupações da Junta de Freguesia é ter segurança na aldeia e fazer com que toda a gente possa circular de forma livre e sem percalços. Agradecia que logo que tivesse novidades de quando vai ser feita a intervenção, de como vai ser feita e qual o material que vai ser utilizado que me informasse para depois poder eu também informar a população da minha freguesia que se encontram apreensivas vai fazer quase um ano.” -----

Carlos Alberto Maceda (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: “ O que me traz aqui



é um assunto relacionado com a minha União de Freguesias de Castelãos e Vilar do Monte, mais propriamente Castelãos. Como é do vosso conhecimento em Castelãos foi feita uma obra pelo Município, a substituição da tubagem da água. O empreiteiro saiu de lá, penso que deu a obra por concluída. O empreiteiro passou para a Amendoeira e tenho três ruas em Castelãos onde o alcatrão foi arrancado para substituir o tubo, já falei com ele várias vezes e me diz que o alcatrão vai ser posto. Perguntei na Câmara Municipal e disseram-me que a obra já tinha sido dada como concluída e paga. Não sei se isto corresponde à verdade e portanto gostaria de ser esclarecido sobre esta questão.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais. -----

Usou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à intervenção do Deputado Municipal Cláudio Trovisco respondeu que os Nós de ligação de Mirandela e Bragança não estão na dependência das Infraestruturas de Portugal e portanto não podem comparar. Demagogia aqui não fica bem pois são realidades distintas. Relativamente às obras sinalizadas significa que há várias linhas de financiamento fundamental, como a Associação de Municípios, a Associação do Baixo Sabor, a Desteque, Fundos Europeus nas suas várias linhas e existem investimentos prioritários que são definidos em Sede de Comunidade Intermunicipal. Obviamente que isto que eu disse está tudo sinalizado pois não conseguíamos e era impossível de forma financeira equilibrada a não ser que fossemos um Município com rendimentos elevados, como é o Município da Maia por exemplo, porque estamos a falar num Município com dez vezes mais rendimentos do que nós. Portanto como é óbvio temos de trabalhar de acordo com o nosso rendimento e com este é possível fazer o que nós fizemos. Aproveito para o desafiar a trazer aqui e elencar também o investimento que nós fizemos e o seu valor, já para não falar no investimento que tivemos de fazer para pagar as dívidas herdadas do anterior Executivo. -----

Quanto à intervenção da Deputada Municipal Maria José Moreno dizer-lhe que obviamente nem há extremismos, nem há sobrancerias e é evidente que gosto de estar aqui com educação e respeito e continuarei neste registo, a não ser, que venham aqui provocar, pois nesta condição permito-me ao direito de não responder. Podem até dizer que representam uma franja de macedenses e esses, que se veem representados nessas pessoas só terão que se dirigir a mim e tenho a certeza que o



Handwritten signature and initials

farão de forma educada e aí eu responderei. -----

Relativamente à questão da Deputada Municipal Daniela Rebelo dizer-lhe que a APPE para nós não tem custos por isso vamos manter-nos nessa organização que está na dependência da AICEP. Não tendo custos podemos estar na organização, teremos alguns benefícios de poder conhecer legislação e possíveis investidores. Há plataformas no Site que os inventores podem consultar, agora capacidade de investimento não tem. Neste momento a APPE significa apenas pertencermos a uma Instituição que nos permite ter conhecimento e que nos permite mostrar a disponibilidade de ofertas que nós temos. Quanto à questão da Zona Industrial existe uma nova Candidatura mas quando vai ser concluída não sei responder, nem posso adiantar datas. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Nélio Pimentel sobre o Mercado Municipal obviamente vamos ter em conta tudo o que disse, quanto ao barranco é um terreno privado, a câmara já fez la uma intervenção a pedido do Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia tendo como base a segurança e a boa cooperação, contudo vamos analisar esta situação. Sobre os carros em contramão na Rua Eça de Queirós são automobilistas que pretendem ir para a Rua do Padrão e entram ali em contramão mas vamos apelar para que as pessoas tenham o bom senso de não o continuar a fazer. -----

A intervenção do Deputado Municipal Sérgio Borges sobre o Jardim de Infância de Travanca sei que neste momento existem projetos para esse espaço mas podem sempre falar sobre o assunto. Aproveito para o saudar pela iniciativa da I Feira do Livro e já agora dizer-vos que anunciaremos também brevemente a criação de um I Prémio Literário Macedense, que dará certamente mais força a essas Feiras do Livro porque nós queremos a literacia no nosso concelho e temos bons autores. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Duarte Dias dizer-lhe que esse contrato já existe, como também já existe um passe intermunicipal numa modalidade em que há compensações. Nós não temos transferência dos valores correspondentes e é uma situação complicada para os Municípios porque fica muito dispendioso, sendo mais outro dos fatores que onera o nosso orçamento, embora não sendo o nosso caso à Municípios que têm de recorrer a Táxis para fazerem o transporte. Esta é mais uma das discriminações negativas que o Interior tem. Mas, fica o registo e aproveito para dar nota que a Associação de Municípios da Terra Quente tudo está a fazer para que se consiga melhorar a oferta aos estudantes, particularmente jovens. -----

A intervenção da Deputada Municipal Carla Miranda já está esclarecida. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Carlos Maceda dizer-lhe que vou

indagar junto do empreiteiro para que proceda á reposição do alcatrão, pois se não o fizer terá de o fazer a câmara. -----

PONTO DOIS- ORDEM DO DIA -----

1) Prestação de Contas do Exercício de 2023: Apreciação e votação nos termos do disposto na alínea I). n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atual -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 17.04.2024, que se transcreve: -----

“ PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2023: DELIBERAÇÃO. -----

Presente o documento de Prestação de Contas referente ao exercício do ano de 2023, o qual foi elaborado de acordo com as regras do SNC-AP e da Resolução do Tribunal de Contas n.º 3/2012 - 2.ª Secção e n.º 4/2001 - 2.ª Secção, as quais regulam a organização e documentação das contas das Autarquias Locais perante aquela Entidade. -----

O documento de Prestação de Contas dá-se como transcrito, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, nos termos apresentados, a Prestação de Contas, relativa ao exercício do ano de 2023 e, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, alínea I) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, remetê-la à apreciação da Assembleia Municipal.-----

Votação: Quatro (4) votos a favor (*Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Susana Viana e Catarina Pinto*), três (3) votos contra (*Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso*).” -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

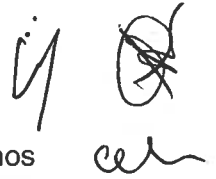
José António da Silva Madalena (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: “ O documento em si parece estar bem elaborado, razão pela qual me irei pronunciar sobre a sua execução. Quanto à execução orçamental aparecem no documento números bastante elevados em termos de grau de execução, e é necessário perceber que ao longo do ano vão-se fazendo Revisões Orçamentais no sentido de ajustar o documento àquilo que é a execução. Mas tomando como referência ou ponto de partida o Plano e Orçamento inicial para o ano de 2023 verificamos que de facto aquilo que é a sua execução, temos menos 20% no que diz respeito as receitas de capital,



Handwritten signatures and initials

menos 22,5% ao que às despesas de Capital dizem respeito e em termos de total de receitas e despesas temos menos 20.2% nas receitas e 19.6% nas despesas no que diz respeito à execução. Ao longo do ano foi-se percebendo que houve sucessivos cortes resultado do deslizamento de algumas das obras contratualizadas e a decorrer e também o cancelamento de algumas obras nomeadamente nas Freguesias e que alguns dos nossos Presidentes de Junta aqui vieram referir. Dizer também que reparei que se há obras aceites por parte do Município esse valor vai entrar pelo lado do ativo e a transferência de capital inerente vai entrar no património líquido, isto é Contabilidade. Outra questão pertinente e a propósito disso já vi uma entrevista muito oportunamente dada pelo Sr. Presidente à Rádio Onda Livre relativamente à questão da água. Todos sabem que desde o primeiro momento temos estado sempre ao lado do Executivo ao definir como prioridade a intervenção na rede de abastecimento de água e de toda a tecnologia necessária para conseguir controlar e medir as fugas e conseguir uma gestão racional e mais equilibrada das águas porque foi aqui sinalizado por mim e subscrito pelo Sr. Presidente, como sendo um verdadeiro “cancro” das contas da câmara. No entanto, com alguma surpresa minha não vejo aqui refletido na execução de 2023 a redução que eu já esperava e que o Sr. Presidente referiu na entrevista (numa redução de cerca de 30%) e como tal o facto é que os resultados tardam em aparecer. Temos vendas de água que diminuíram relativamente ao ano de 2022 (cerca de 24%) e temos a nível dos custos até um pequeno acréscimo a nível da despesa. Assim, há aqui de facto dados que são contraditórios e por isso gostaria que o Sr. Presidente nos esclarecesse porque efetivamente não faz grande sentido, sobretudo se tivermos em conta todo o investimento que está a ser feito a nível da reparação da rede de água. Como já referi o documento em si não nos merece qualquer reparo mas, efetivamente, a execução do orçamento com o deslizamento que houve a nível de conclusão de algumas obras importantes que ainda não estão concluídas e já deviam estar há meses merece a nossa crítica e votaremos negativamente o documento à semelhança dos nossos Vereadores do Executivo Municipal exatamente pela tradução do desempenho do Executivo.” -----

Manuel António de Sá Mico (PS) – Que disse: “ Relativamente ao documento de Prestação de Contas dizer que é um documento técnico Como o Sr. Presidente já referiu o documento reflete o incremento patrimonial que aumentou e por isso estamos todos de parabéns, não só o Executivo mas também todos os macedenses. Quanto ao imobilizado creio que no Distrito de Bragança não há nenhuma câmara que tenha o imobilizado registado, a nossa câmara teve muitos anos sem este registo mas neste



momento ele já existe. Porém no documento há duas coisas que todos os anos temos de falar delas que é as empresas associadas do Município que continuam a não enviar as Contas Certificadas o que nos leva a aprovar as Contas sempre com esta falha, o que é inadmissível. Uma questão positiva é que a capacidade de endividamento que passou de dois milhões para três milhões de euros. Mas há ainda outra questão que me preocupa e os Deputados olham para o documento e por vezes nem leem, mas se repararem o Município já tem um encargo com remunerações dos trabalhadores na ordem dos 30% e isto é insustentável e é necessário tomar medidas. Sugeriria que a Câmara contratasse uma empresa sem nenhuma suspeita, e que fizesse um levantamento do número de funcionários e as funções que cada um deles desempenha, com vista a apurar se em determinados serviços há funcionários que podem ser transferidos para outros onde há falta de pessoal. Reforço esta situação é insustentável e mais tarde a Câmara vai pagar isto muito caro.” -----

Nélio Jorge Gomes Pimentel (UPM) – Que fez a seguinte intervenção: “ O nosso Grupo Parlamentar tem como corretas as informações contidas neste Documento. Deixamos também aqui elencadas algumas das dúvidas já aqui apresentadas, nomeadamente com o gasto do pessoal e sim vai ser insustentável. Regista-se também o facto de ter sido um exercício negativo, ainda que curto, mas negativo. De assinalar também a questão da água, de facto ainda não há aqui repercussão, a herança sem dúvida é pesada relativamente a essa matéria, não devemos ignorar isso mas, ainda não se vê isso aqui refletido e o défice dos gastos entre as compras e os gastos com a água é bastante elevado e há ainda muito a fazer nesta matéria. Também não podemos deixar de assinalar como aspeto positivo o decréscimo que vem sendo feito relativamente à dívida e que permite, ainda que de modo curto, um aumento da capacidade para contração de empréstimos venha a melhorar. Sendo que tínhamos a intenção de não votar favoravelmente este Documento, tendo recebido já a questão da certificação das contas vemos que as reservas não são de grande monta e nós iremos, apesar de nos termos absterido na aprovação do Orçamento que deu corpo a este exercício, nós iremos votar favoravelmente o Documento de Prestação de Contas.” -----

David da Silva Martins (PSD) – Que disse: “ Antes de abordar este ponto pretendo dizer que o Sr. Presidente da Câmara disse aqui que só responde aqui a intervenções educadas, penso que até hoje tenho sido educado, mas se calhar a minha forma de intervir não lhe agrada. Também não gosto muito quando o Sr. Presidente vem aqui e diz “...sejamos honestos, sejamos honestos...”, pois acho toda agente que está aqui



Ci.
DPS
cel

e que foi eleita é honesta. Esta é pois a ideia que eu tenho de todos os Deputados Municipais, sem exceção, inclusive do Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----
Relativamente ao Documento de Prestação de Contas tenho apenas uma pequena dúvida- na página 303 onde está o mapa de empréstimos, estes estão divididos em médio e longo prazo não isentos e aí houve uma amortização durante o ano de 230 mil 441 euros e 59 cêntimos e depois no médio e longo prazo os isentos há um aumento de 350 mil 384 euros e 57 cêntimos, ou seja, isto dá uma diferença de 119 mil 892 euros e 98 cêntimos. Nós andamos a pedir dinheiro para pagar o que já tínhamos pedido antes? Estes empréstimos é para isso? Outra coisa que me preocupa é nos outros empréstimos a médio e longo prazo o empréstimo da Caixa de Crédito Agrícola num valor total a 31 de dezembro de 2023 de 5 milhões, 439 mil, 037 euros e 64 cêntimos daqui a um ano este empréstimo vai acabar pois só já tem um ano de validade a pergunta é se a câmara vai pagar este empréstimo ou vão renegociá-lo?" --

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais. -----

Usou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que começou por dizer que tendo em conta que este Documento é essencialmente um documento técnico e que não domino totalmente pedia ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que concedesse a palavra ao ROC para que aqui com mais propriedade possa responder a algumas das questões aqui suscitadas pelos Srs. Deputados Municipais, nomeadamente na questão da execução orçamental, onde os números também são claros mas não queremos aqui inventar o que não pode ser inventado. Também a questão das fugas de água que são valores que constam do Relatório e também a questão dos empréstimos a médio e longo prazo que como vocês sabem foram renegociados. Obviamente que se refletem no orçamento porque os juros estão altos e tem sempre uma repercussão negativa nos balanços finais. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Dr. Esteves que fez a seguinte explanação: " Começo pela questão das perdas de água e dizer que neste conceito só estamos a comparar entre a água comprada e a água vendida. No entanto isso é um pouco ingrato porque a água que é consumida quer seja pelos Bombeiros, pelos Jardins, pelas Piscinas Municipais ou as próprias instalações do Município temos alguns dados referentes a isso, ou seja comparando os dados de



2022 onde o nosso relatório estava incompleto que nós não tínhamos essa informação semestral com os dados de 2023, tínhamos em média no ano de 2022 uma perda na ordem dos 57,7%, em 2023 usando o mesmo raciocínio e o mesmo método estamos com uma média na casa dos 53%, verificando-se uma descida de 4,7%. Quanto à questão do incremento patrimonial dizer que de facto o sistema contabilístico em Portugal prevê que quando já existe a aprovação de que a obra já está concluída esse valor deixa de aparecer no passivo, que é entendido como uma dívida a pagar e passa para o capital próprio, e quanto mais obras e subsídios tivermos mais situações destas irão acontecer e é perfeitamente normal. Quanto à questão das dívidas e a separação entre o médio e o curto prazo dizer que a nível de dívida bancária tem uma diferença de cerca de 100 mil euros entre o ano de 2022 e o ano de 2023, não sendo uma variação significativa entre estes dois anos. -----

No que diz respeito à Certificação Legal de Contas informar que há uma reserva nova que está relacionada com as concessões resultado da aplicação do novo normativo contabilístico, entre elas uma que está relacionada com a E-redes que tem a ver com as concessões de distribuição de energia em baixa. Portanto terminado o período de transição há que tomar uma decisão que será política (e isto está a ser transversal a todos os municípios que nós auditamos), onde a opção dos Municípios pelo menos os que são auditados por nós tomaram a decisão, (e bem, na minha opinião), de não registar porque em primeiro lugar a informação que existe é dada por uma parte interessada que diz "...nós temos esta concessão e ela valerá um determinado valor e se quiserem passar a explorá-la terão de nos pagar "X" valor...", isto até poderá vir a acontecer mas no momento fica a recomendação para o Executivo, se, e quando isso acontecer, os serviços devem fazer o trabalho de casa e apurar qual é efetivamente o valor, se é que tem algum valor a pagar, porque esta é uma dívida que surge. Mas também é importante dizer que antecipando-se esta questão os Serviços do Município colocaram a questão à Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública, perguntando que terminou o prazo e se devem registar ou não e se sim, como fazê-lo e não obtiveram resposta e portanto não foi feito o registo. Também foi colocada idêntica questão relativamente ao relato por segmentos que aparece não na reserva mas à frente numa ênfase que supostamente o Município fez e consta do Relatório de Contas uma informação sobre a Contabilidade de Gestão, ou seja, qual o resultado das atividades que o Município obtém, na sequência de uma norma (relatos por segmentos) que diz que os Municípios devem relatar por segmentos, quer da água, habitação social e outros segmentos quais os resultados das suas atividades por segmentos mas depois tem algo que diz que para além desses rendimentos e gastos deverão dizer quais são os ativos e passivos associados, que é uma coisa



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

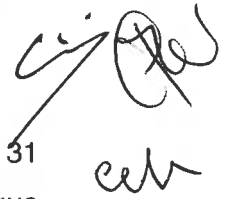
surreal e que não lembra a ninguém. Sobre esta questão a resposta foi também além de surreal bastante ambígua. -----

Quanto à questão da não cooperação do Auditor das participadas não tenho nada a acrescentar a não ser que é uma obrigação de qualquer Auditor daquilo que se chama dos componentes, ou seja o Auditor que está em baixo das participadas reportar a adequada e atempadamente ao Auditor da Entidade “Mãe”. Não o tendo feito só nos restava uma opção. Quanto às interpretações cada um tirará as que entender mas é uma facticidade, não existiu resposta.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por agradecer ao Dr. Esteves os esclarecimentos que prestou aos Deputados Municipais no que diz respeito à parte técnica do Documento de Prestação de Contas. -----

Relativamente às restantes questões que foram suscitadas pretendeu deixar apenas uma nota sobre a questão da água dizendo que são os factos que devemos reter para perceber estes números. Em primeiro lugar é do conhecimento de todos que estamos a comprar mais água do que comprávamos porque houve sistemas de abastecimento em algumas freguesias, nomeadamente Grijó que foram integrada na rede municipal e obviamente é necessário comprar essa água e ao comprá-la, com o aumento dos valores da água temos de aumentar os valores que dependemos com a compra da água. Por isso é que aparecem esses valores aumentados e isto não quer dizer que não tenha havido poupança de água porque houve e isso está refletido nos números. Em 2023 recuperamos até aos 53% o que significa uma redução de 4% e no presente ano ainda vai reduzir mais. Portanto, sem afetar estes valores que aumentaram com os custos da água, na poupança estamos e continuamos a recuperar. Quanto às Águas do Norte dizer que os juros que estamos a pagar quase que duplicaram porque a taxa Euribor disparou relativamente ao que tínhamos contratualizado e estamos a pagar 126 mil euros de juros. Em termos de empréstimos a curto prazo o valor é de um milhão e duzentos mil euros, e, para esclarecer estes números solícito à colaboradora do Município Isabel Carvalho para que nos possa esclarecer sobre estes números, dado que é uma das pessoas responsáveis pela elaboração do documento. -

No uso da palavra a colaboradora do Município Isabel Carvalho que se disse “ se bem compreendi a dúvida do Deputado Municipal David Martins prendia-se com o aumento do valor dos empréstimos a médio e longo prazo. Como pode verificar em 2023 ainda tínhamos dois empréstimos em utilização que era do BPI e da Caixa Geral de



Depósitos. Se confirmar o saldo a 1 de janeiro do respetivo ano é inferior ao saldo a 31 de dezembro do mesmo ano, o que quer dizer que fomos buscar mais dinheiro que estava contratualizado, logo o valor do empréstimo teve de aumentar. Por seu lado também pode confirmar que o saldo a 31 de dezembro corresponde exatamente ao que consta no Banco de Portugal, documentos esses aos quais até teve acesso.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e quatro (34) votos a favor, sete (7) abstenções e dezoito (18) votos contra dos Deputados Municipais Maria Adelaide Carvalho, Miguel Reis, Betina Gonçalves, Sérgio Borges, Luís Rodrigues, Carlos Maceda, David Martins, José Madalena, Maria da Assunção Gemelgo, Cláudio Trovisco, Maria José Moreno, Margarida Pires, Lília Pereira da Silva, Simão Ferreirinha, Sandra Franco, Jacinta Lopes, Amâncio Rocha e Daniela Rebelo, aprovar o documento de Prestação de Contas referente ao ano de 2023. -----

2) Certificação Legal das Contas: Conhecimento à Assembleia Municipal -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 17.04.2024, que se transcreve: -----

“ CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS: CONHECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL.

O documento da Certificação Legal das Contas dá-se como transcrito, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.” -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

José António da Silva Madalena (PSD) – Que disse: “ Este ponto foi autonomizado relativamente à discussão da Conta de Gerência e podia não o ter sido feito mas, já que o foi, deixei uma pequena intervenção relativamente a este ponto embora sendo para tomada de conhecimento vir aqui reforçar o que já aqui foi dito pelo Deputado Municipal Manuel Mico. Já estamos cansados ano, após ano de ouvirmos sempre a mesma conversa que até faz lembrar a conversa de uma Ministra das Finanças que dizia “quem paga, manda”, e custa a crer que ano após ano haja uma Entidade dependente onde o Município de Macedo de Cavaleiros tem 26% de participação social e que simplesmente não cumpre o que a Lei determina. Acho que esta situação tem de ser resolvida de uma vez por todas. Sobre os passivos contingentes dizer que



Handwritten signature and initials

eu tinha referido aqui a minha divergência relativamente a esta questão embora o Sr. Revisor Oficial de Contas tenha deixado aqui explicações muito precisas porque ainda não tinha percebido bem aqui um pormenor na questão da E-Redes e foi aqui muito esclarecedor nesta matéria. Mas a nível de passivos contingentes, embora não seja apenas o ROC que tenha de fazer o relato de situações que não é garantido passivos que não venham a ser certeza absoluta, no entanto era por demais evidente que o ano passado relativamente à questão do Parque quanto à questão da expropriação aquilo ia “sobrar” para o lado da Câmara. Portanto, na altura eu achava que devia ter sido feito o reforço da inscrição de verba de previsão para –outros encargos-, não foi , ficou com zero euros, o que é certo é que no corrente ano já tiveram que proceder ao pagamento à família Mascarenhas e portanto é preocupante ainda face a algumas situações que ainda estão em contencioso, estão a empurrar com a barriga a fazer empréstimos a curto prazo, mais de um milhão de euros quando efetivamente aqui a situação correta a meu ver era haver um reforço desta previsão.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3) Atribuição da Medalha Municipal de Mérito – Proposta – Ratificação -----

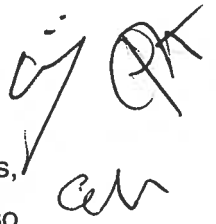
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 17.04.2024, que se transcreve: -----

“ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO - PROPOSTA: DELIBERAÇÃO. -----

Presente a Proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara, datada de 27.03.2024, que se transcreve: -----

“Tendo em conta que: -----

- i) Todos os Presidentes e Vereadores da Câmara Municipal, no exercício dos seus mandatos, aturam com o objetivo de promover e de salvaguardar os interesses da população do concelho, procurando melhorar as condições de vida dos munícipes; ----
- ii) Cada um dos Presidentes e Vereadores abdicaram dos interesses próprios a favor do interesse municipal; -----
- iii) É importante reconhecer publicamente a dedicação, o esforço e o mérito de cada um dos Presidentes e Vereadores da Câmara Municipal que nos antecedem, na prossecução do interesse municipal. -----
- iv) A medalha de mérito municipal, nos termos do artigo 20.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município, se destina a distinguir pessoas singulares, de



cujos atos resultam assinaláveis benefícios para o concelho de Macedo de Cavaleiros, e melhoraram as condições de vida da sua população, como entendemos ser o caso dos Presidentes e Vereadores que nos antecederam. -----

Proponho, em conformidade com o artigo 2.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município, que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, grau ouro, a todos os Presidentes e Vereadores de Câmara Municipal que antecederam o atual executivo.” -

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, grau ouro, nos termos da Proposta apresentada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, datada de 27.03.2024 e submetê-la à próxima Assembleia Municipal para apreciação e ratificação.” -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

Nélio Jorge Gomes Pimentel (UPM) – Que fez a seguinte intervenção: “ Eu tinha a intenção de fazer uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal, antes deste ponto para dizer que este não devia estar aqui. Mas, como quero deixar patente aquele que seria o meu sentido de voto faço a minha intervenção na discussão deste ponto. Primeiro começar por dizer que respeito muito aqueles que exercem ou exerceram cargos políticos. Os tempos que correm cada vez mais é difícil termos pessoas atraídas para estes exercícios e também há cinquenta anos o seria quando numa altura em que a democracia estava a ser instalada. Mas, parece-me que o simples exercício de cargo político não seja merecedor do reconhecimento no quadro das distinções honoríficas e de como elas estão previstas no nosso regulamento. Vou dar um exemplo “ ainda que Vossas Excelências, a Câmara toda unanimemente entenda que se deva reconhecer o mérito pelo simples exercício ato do cargo político vou dar um exemplo Académico, se um professor no final do ano letivo para evitar ter mais trabalho decidir dar 20 a todos os alunos? Como é que é? Aqueles alunos de mérito que lutaram pelo 20 como vão reagir? Vão entender que não vale a pena queimar as pestanas porque o reconhecimento no final vai ser igual para todos. Quero com isto dizer que não me parece correto, ainda que façam a homenagem só pelo exercício dos cargos e quero com isto dizer que um vereador que esteve dois anos receba uma Medalha exatamente com o mesmo valor que um Presidente que esteve no cargo 20 anos. Como também não me parece correto que um Vereador que nunca teve Pelouros tenha uma Medalha do mesmo valor de um Vereador a tempo inteiro que tem pelouros, queima as pestanas e não dorme, com os telefonemas e pedidos constantes. No meu entender o que eles recebem de vencimento não paga isso tudo.



Handwritten signature and initials: "Cij" and "ceb" with a circled "PT" next to it.

Como também não acho que igual distinção deva ser recebida por um Vereador que não teve sequer uma única intervenção nas reuniões de câmara e existem nestes 50 anos, ainda nesta questão subjetiva. -----

Sobre a questão da proposta. A proposta que nos é trazida pela câmara não identifica os homenageados e é a primeira vez que eu vejo isto. Ainda que sejam 59, paciência, eles devem constar nessa proposta. Por uma questão de respeito para com os homenageados e se retirarmos este assunto até podemos esquecer mas, por uma questão de salvaguarda de quem for votar. Temos filhos que podem votar nos pais, próprios que podem votar nos próprios, inadvertidamente, um Vereador ou um Deputado por não constar aqui determinados nomes podem votar no exercício de conflitos e interesses, portanto a proposta está mal elaborada. Mal elaborada também porque não estando no regimento prevista uma data para a entrega deste tipo de Medalha (Medalha Municipal de Mérito) também deveria constar a data da entrega, isto é a questão da subjetividade. Agora vamos à questão da objetividade, objetivamente esta proposta não pode vir à Assembleia Municipal, e com o devido respeito que os dois órgãos me merecem e porque compreendo que este problema nunca tenha surgido no passado porque pura e simplesmente a atribuição de uma Medalha veio à Assembleia depois da cerimónia efetuada. Ora, o Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros e a Câmara, e bem cita na proposta "no artigo 2.º diz que a concessão das distinções honoríficas do Município carece sempre de parecer favorável da Assembleia Municipal" – ora, o parecer é prévio não é à posteriori. E, ainda que na interpretação relativamente a esta matéria, ou seja o espírito com que foi feito este Regulamento possam entender que tem de vir à Assembleia para aprovação e deliberação, o primeiro parágrafo do artigo 2.º é claro "a atribuição das distinções honoríficas do Município compete à Câmara Municipal", independentemente de quem faça a proposta. Então se isto é uma matéria da competência da Câmara Municipal a Assembleia Municipal não tem poder para ratificar. A ratificação está plasmada no Código do Procedimento Administrativo no artigo 164.º, trata-se de um ato administrativo pelo qual o Órgão normalmente competente para decidir sobre uma matéria exprime a sua concordância por um ato administrativo praticado por um Órgão excecionalmente competente. É muito fácil de entendermos, o Sr. Presidente da Câmara relativamente à Câmara toma uma determinada decisão, ela vai a ratificação da Câmara porque é competência da Câmara, agora a Assembleia Municipal não pode ratificar uma proposta que não seja da sua competência material. Eu sugiro que este ponto não seja submetido a votação ainda que o ato que foi feito pela Câmara Municipal seja anulável. Vamos entender

ij
cel

que uma parte do Regulamento leva a que esteja bem, mas se esta Assembleia o votar eu não votarei pelo que me ausentarei da sala. Se a decisão for votar ou aprovar esta proposta estamos a transformar um ato anulável num ato nulo, o que implicaria que o Sr. Presidente tivesse de recolher as Medalhas que atribui e que cada um de nós nas nossas casas fossemos chamados pelo Tribunal por termos votado um assunto que não é da nossa competência. Deixo à consideração desta Assembleia o que acabei de expor.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de inscrições para que os Senhores Deputados Municipais se possam pronunciar sobre este assunto. -----

Usaram da palavra:-----

José António da Silva Madalena (PSD) – Que disse: “ De memória tenho a sensação que o Regulamento das Distinções Honoríficas do concelho de Macedo de Cavaleiros prevê a questão da ratificação mas, obviamente que neste caso em que um diploma legal de valor superior como é o Código do Procedimento Administrativo, obviamente tornaria esta decisão nula. Assim, acho prudente retirar da ordem do dia este ponto e obviamente tendo o ato já decorrido não fará muita diferença se for presente na próxima Assembleia de junho, com certeza jurídica poderemos votar e não corremos agora o risco de votar um ato nulo.” -----

Manuel António de Sá Mico (PS) – Que disse: “ Nós não vamos ser entrave a isto porque não queremos aqui criar situações nulas. Mas efetivamente esta questão jurídica devia ter sido previamente acautelada e portanto nada temos a opor que o assunto seja retirado da ordem do dia.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para dizer que esta é de facto uma situação incómoda porque houve aqui uma boa intenção e acredito que dentro dos serviços possa não ter existido essa interpretação e perante a celeridade de querer atribuir esta Medalha de Ouro numa data com um simbolismo excecional terá acontecido essa precipitação. Efetivamente poder-se-ia ter atribuído mais tarde mas de facto os 50 anos do 25 de abril justificava. Confesso que houve aqui uma boa intenção com a qual fui solidário, e como é do vosso conhecimento à data da elaboração da proposta eu não estava em exercício de funções, contudo, assumo, obviamente as responsabilidades. Eu gostaria de ter elaborado esta proposta em termos jurídicos corretos, mas vamos analisar isto e



Handwritten signature and initials: "C. P. M." and "cel"

se for caso disso voltará cá e agora por uma questão de prudência retira-se. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação da Assembleia Municipal a proposta do Deputado Municipal Nélio Pimentel para retirar o ponto 3 da Ordem do Dia tendo sido aprovado por unanimidade retirá-lo para análise. -----

4) Apreciação da Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal referente à atividade autárquica no período compreendido de 10 de fevereiro de 2024 a 09 de abril de 2024, elaborada nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º e do n.º 4 do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenções. -----

Usaram da palavra os Deputados Municipais. -----

Maria Adelaide Serra Carvalho (PSD) – Fez a seguinte intervenção “ Senhor Presidente o assunto que me traz aqui hoje é mais uma vez saneamento e passeios em Carrapatas. Em 2023 garantiram em público varias vezes que a construção de passeios e a resolução do problema do saneamento no Bairro da Sagrada Família que se arrasta há anos. Seriam obras a executar nesse ano porque palavra dada era palavra honrada e a Câmara Municipal honrava os seus compromissos. Bem, o ano terminou e as obras não aconteceram. No dia 26 de março de 2024, reuni com o Sr. vice-presidente que me garantiu que o saneamento estava em fase de adjudicação e que os passeios só para junho mas que estas duas obras seriam executadas ainda este ano. Não podemos esquecer que os passeios veem em Plano desde 2021, portanto pelo 4.º ano consecutivo e que há mais de um ano temos a autorização das Infraestruturas de Portugal para executar aquela obra. A resolução do problema do saneamento vem em Plano pelo segundo ano consecutivo. Sr. Presidente no Bairro da Sagrada Família temos esgotos a correr a céu aberto em propriedade privada, as pessoas que habitam perto da sala de ordenha queixam-se de maus cheiros constantes e logo que chega o bom tempo não é só o mau cheiro mas também os insetos a invadirem as casas. Senhor Presidente não é a primeira vez que falo deste assunto. Estou cansada de fazer telefonemas e enviar ofícios para que este problema de saúde pública seja solucionado. A cisterna vai duas ou três vezes por mês limpar a fossa mas passados quatro ou cinco dias está a vazar em propriedade privada. Esta fossa foi solução durante algum tempo mas já alguns anos que deixou de o ser e é

urgente solucionar aquela situação. Trata-se de saúde pública. Em 2023 estas obras vinham na informação escrita em procedimentos em curso e fiquei surpreendida quando na documentação que nos foi enviada para esta reunião, não vi qualquer alusão às obras que referi. Se fui eu que não vi peço desde já as minhas desculpas mas, penso que não há mesmo nenhum registo sobre isto. Em todo o caso agradeço que nos esclareçam. Os carrapatenses são cidadãos atentos e merecem uma explicação sobre esta situação.” -----

Daniela de Almeida Rebelo (CDS-PP) – Que disse: “Apenas para lembrar e a título de parenteses na página 39 da ata de 29 de setembro de 2022 está transcrito que a joia de inscrição foi de duzentos e cinquenta euros mas a quota anual seria de mil euros, portanto, pouco ou muito sim, temos alguma encargo económico com a APPE. Ora, relativamente ao ponto 4, na sessão de abril de 2023 em carrapatas foi solicitado por mim e por outro Deputado Municipal da bancada do PS que em ocasiões futuras o quadro das reuniões oferecesse maior esclarecimento sobre o que foi tratado e qual o benefício dessas mesmas representações para os assuntos do Município. A título de curiosidade à data o quadro apresentava cerca de 63 eventos. O último quadro, ou seja, o que temos em análise nesta sessão apresenta 37 incluindo assuntos de interesse de freguesias. Ora foi pedido mais esclarecimento e obtivemos menos informação para analisar suscitando ainda mais dúvidas. Há pouco referiu a reunião em Espanha na qual também foi assunto a ligação da Gõdina, mas, foi lapso meu, ou não está elencado na lista de representações? E por falar em representações, ainda bem que o Sr. Presidente nos representa com muita frequência fora do concelho, mas porque não nos é dado formalmente a conhecer os benefícios que traz das suas viagens de representação? Quero frisar com bastante ênfase que não está aqui a questão de quem financia essas viagens, essa não é de todo a minha questão, o meu objetivo é sim percebermos quais os benefícios e algum detalhe destas representações. Por último dizer que muitas obras foram executadas e ainda bem e obrigada mas, perguntar que novos projetos estão na calha para o Município, ou seja, o que nos espera brevemente?” -----

Nélio Jorge Gomes Pimentel (UPM) – Que fez a seguinte intervenção: “ Pretendo chamar à atenção que na anterior sessão da Assembleia Municipal onde a Câmara esteve representada pelo Sr. Vice-presidente da Câmara, foi garantido aqui a uma interpelação do Grupo UPM, pelo Deputado João Fragoso, chamando à atenção para o facto de as representações não virem indicadas na informação escrita com as respetivas datas e o Sr. Vice-presidente comprometeu-se que a partir de então viriam



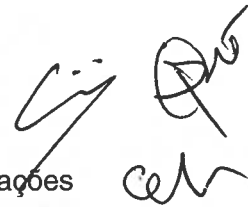
Cij
car

mas verifica-se que tal ainda não aconteceu desta vez.” -----

Sérgio David Gomes Borges (PSD) – Que disse: “ Na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal na página 5 do documento quando se refere às reuniões do Executivo Municipal “...das reuniões realizadas da Câmara Municipal apreciou, discutiu e votou 74 assuntos...”, isto para justificar a minha intervenção. Numa anterior intervenção abordei a questão do encerramento do Jardim de Infância de Travanca e o Sr. Presidente e como isto foi decidido nestas reuniões realizadas sinto-me no direito de as repetir novamente. Então, perguntei e repito, com 16 crianças, duas educadoras e três auxiliares porque será encerrado o Jardim de Infância de Travanca e que Entidades foram ouvidas e que pareceres foram pedidos para tomar esta decisão do encerramento do referido Jardim de Infância. Na terceira questão pergunto o Município vai ceder as instalações do Jardim de Infância à Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros para assim poder ser uma mais-valia para toda a população de Travanca? Pela resposta que o Sr. Presidente me deu estaria de acordo para termos essa reunião, fico a aguardar.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à intervenção da Deputada Municipal Adelaide Carvalho o Sr. Vice- Presidente irá responder. -----

Quanto à questão da Deputada Municipal Daniela Rebelo relativamente à quota da APPE, obviamente que quando eu disse que era sem custos, efetivamente 250 euros para fazer a manutenção de uma página que é uma oferta de espaços numa zona empresarial e manutenção durante um ano com 1250 euros a primeira contribuição e depois 1000 euros de quota anual não me parece fácil encontrar uma plataforma com projeção internacional que custe este valor, ou seja 1000 euros para fazer uma inscrição como referi, numa plataforma internacional. Quanto aos benefícios não podemos falar propriamente em benefícios pois umas terão benefícios e outras não, mas podemos considerar como benefícios o incremento de relações externas, incrementos culturais e irão ser mencionados a partir de agora e vou tentar não deixar passar que isso não conste na informação escrita. Quanto às obras que virão a ser executadas dizer que estão sinalizadas e se efetivamente conseguir executar alguns projetos ficarei muito feliz, como é o caso do Pavilhão Multiusos, o Corredor Verde de Vale de Prados, as Piscinas, a BAL da Proteção Civil e a parte Habitacional especialmente a Reabilitação da Antiga Estalagem e Residência de Estudantes que foi uma situação administrativa burocrática muito complicada de gerir, entre outras. -----



Relativamente o reparo do Deputado Municipal Nélio Pimentel de as representações no âmbito do Município não mencionarem as datas, se isso foi prometido deveríamos ter cumprido. É uma falha e vou acrescentar mais essa nota e isso fica aqui para todos os responsáveis que trabalham comigo, toda a minha equipa e espero que não voltem a falhar porque sou eu que fico mal, pois o sou o líder e não a equipa. Portanto reitero para não esquecerem, quando forem elaboradas as próximas informações escritas tem de constar as datas e qual foi o propósito das deslocações. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Sérgio Borges efetivamente não respondi mas é do conhecimento público de que houve pareceres da DeGeste, do Agrupamento de Escolas e de todas as restantes Instituições que envolvessem os pais, responsáveis pela Educação e alunos todos eles responderam a dizer que se justificava o encerramento do Jardim de Infância de Travanca. Não foi a Câmara que tomou sozinha essa decisão, portanto vamos ter de criticar os pais, as instituições, o agrupamento de escolas e todas as pessoas que se manifestaram de forma positiva. E, já foi dito aqui que dos 16 alunos nem todos seriam provenientes de Travanca e sabemos isso. Também sei que custa estarmos a ir contra o que está instituído mas temos de evoluir e a Câmara não iria tomar esta decisão sem envolver as Instituições e as autoridades que têm responsabilidades nesta área. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões suscitadas pela Deputada Municipal Adelaide Carvalho, dizendo compreender a angústia e preocupação relativamente às obras que estão previstas e preconizadas. Dizer-lhe que não estamos a falhar relativamente aos prazos previstos até porque essa obra já tinha sido elencada aqui mesmo antes da sua intervenção a deixar aqui o seu pedido. Aproveito para informar que não sei se irá haver ETAR mas garantir-lhe que tem de haver uma situação ambientalmente positiva que segundo os técnicos passará por uma Estação Elevatória que fará ligação com o saneamento central e à Sr.º Presidente de Junta o que realmente lhe interessa é que deixe da haver uma fossa séptica. Portanto está tudo a decorrer dentro daquilo que estava previsto e que acordamos fazer na reunião de 26 de março. As obras previstas do saneamento e dos passeios, nomeadamente dos passeios que estão em Plano há dois ou três anos e ainda não foram executados, não o foram porque a Sr.ª Presidente disse que o orçamento que estava previsto para essa obra não era suficiente e tivemos que fazer um reforço no ano a seguinte. Quanto ao ano passado não houve mas esse foi um problema transversal a todas as Juntas de Freguesia e todos sabem o porquê. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

5) Documentos Previsionais de 2024 – 2.ª Alteração Modificativa – Proposta – Aprovação nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 17.04.2024, que se transcreve: -----

“ DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2024 - 2.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA - PROPOSTA: DELIBERAÇÃO. -----

Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve: -----

“**Justificação:** -----

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública nela se incluindo a Administração Local. --

A NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental - trata, entre outras matérias, da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. -----

Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos aos Documentos Previsionais do ano em curso determinam o procedimento de uma alteração orçamental modificativa, uma vez que se procede ao aumento e diminuição de receitas; anulação de projeto/ação do Plano de Investimentos e Plano de atividades e inscrição de projeto/ação no Plano de investimentos e Plano de atividades. -----

Concretizando. -----

Ao nível da receita -----

	Inscrições/reforços	Diminuições/anulações
Total de receitas correntes	82 504,75	0,00
Total de receitas de capital	130 500,00	285 555,39
Total de receitas efetivas	213 004,75	285 555,39
Total de receitas não efetivas	296 205,82	0,00
Total	509 210,57	285 555,39

É aplicado o saldo da gerência: 296205,82 -----

Ao nível da despesa -----

i. Orçamento da despesa 2024 -----

	Inscrições/reforços	Diminuições/anulações
Total de despesas	225 415,46	1 260,28

Handwritten signatures and initials.

correntes		
Total de despesas de capital	109 274,38	109 774,38
Total	334 689,84	111 034,66

2025 -----

	Inscrições/reforços	Diminuições/anulações
Total de despesas correntes	31 218,75	0,00

ii. Grandes Opções do Plano -----

	2024		2025	Modificação (+ / -)
	Dotação atual	Dotação corrigida		
Total	1 705 015,89	1 928 571,07	31 218,75	223 55 5,18

iii. Plano Plurianual de Investimentos -----

	2024		Modificação (+ / -)
	Dotação atual	Dotação corrigida	
Total	1 386 529,55	1 386 529,55	

iv. Plano Atividades Municipal -----

	2024		2025	Modificação (+ / -)
	Dotação atual	Dotação corrigida		
Total	318 486,34	542 041,52	31 218,75	223 555,18

Face ao exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta modificação, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.” ----

Os Documentos Previsionais dão-se como transcritos, ficando arquivada uma cópia na pasta da documentação correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a 2.ª Alteração Modificativa, nos termos da Proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, e submetê-la à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----



Gij
Celi

Votação: Quatro (4) votos a favor (*Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Susana Viana e Catarina Pinto*), três (3) votos contra (*Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Frágoso*). -----

Abertas as inscrições, usou da palavra. -----

José António da Silva Madalena (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “Relativamente à alteração modificativa – proposta de deliberação - dizer que no seguimento daquilo que foi a nossa posição relativamente ao orçamento inicial, e aqui neste caso trata-se de uma alteração onde no fundo se faz a incorporação do saldo de gerência, efetivamente o que verificamos é que grande parte desse valor é adjudicado às despesas correntes e nada é adjudicado às despesas de capital, bem pelo contrário, ainda diminuiu qualquer coisa e, portanto, nesse sentido mantemos o nosso voto negativo relativamente a esta alteração orçamental.” -----

DELIBERAÇÃO A Assembleia Municipal deliberou, nos termos da alínea d), do n.º 1 do art.º25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atual, por maioria, com 35 (trinta e cinco) votos a favor, dezoito (18) votos contra e seis (6) abstenções, aprovar a 2.ª Alteração Modificativa dos Documentos Previsionais do ano 2024. -----

6) Alteração e Reorganização dos Serviços do Município de Macedo de Cavaleiros – Proposta – Aprovação nos termos da alínea m), n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual-----

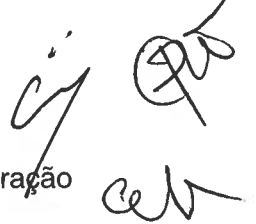
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração do Plenário, a deliberação da Câmara Municipal de 17.04.2024, que se transcreve: -----

“ALTERAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS - PROPOSTA: DELIBERAÇÃO. -----

Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 12.04.2024, que se transcreve: -----

“I - ENQUADRAMENTO LEGAL -----

A presente proposta tem enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, o qual estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais e respeita os limites estabelecidos pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais), diploma que procedeu a adaptação, à Administração Local, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, diploma que



aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado. -----

II - MOTIVAÇÃO -----

As empresas assim como as instituições são dotadas de individualidades que as distinguem umas das outras. Essas individualidades podem destacar-se, entre outros, em vários aspetos: níveis de eficiência e eficácia, estrutura física, estrutura organizacional, níveis e linhas de poder. -----

O que motiva esta alteração? Desde logo, a perspectiva própria de organização da atual liderança municipal, ou seja, a forma como os atuais responsáveis máximos desta instituição vêm a organização no seu todo. Cada um terá um modelo organizativo, um conceito próprio de organização. Isto, só por si, é motivo bastante para, dentro dos limites legais e racionais, justificar a motivação do, ora, proposto. Justifica, também, esta alteração a delegação de competências que o município tem vindo a aceitar, as quais, na estrutura atual sobrecarrega uma ou outra unidade orgânica, tornando-a menos eficiente. A qualidade, a responsabilização, a competência, a eficácia que pretendemos imprimir nos serviços exige a criação de uma estrutura mais compartimentada. É nesta perspectiva que se justifica a criação de mais unidades orgânicas face à estrutura anterior. Estamos em crer que a criação destas estruturas trarão maior eficiência, maior racionalidade e operacionalidade dos serviços municipais em prol da população que servimos. -----

III - ESTRUTURA ORGÂNICA EM VIGOR -----

A estrutura orgânica em vigor assenta em: -----

- i) Quanto ao modelo de estrutura orgânica, numa estrutura hierarquizada, constituída por unidades orgânicas flexíveis; -----
- ii) Quanto ao número máximo de unidades orgânicas flexíveis, está definida em nove unidades, sendo que sete são dirigidas por titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau e duas por titular de direção intermédia de 3.º grau; -----
- iii) Quanto ao número máximo de subunidades orgânicas, estão definidas dez subunidades, dirigidas por coordenadores técnicos. -----

IV - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Para cumprimento do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e no estrito cumprimento da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, pelas razões de facto e de Direito ante enunciadas, submeto a apreciação da Câmara Municipal, a fim de ser remetida à próxima sessão da Assembleia Municipal, para aprovação, a seguinte proposta de estrutura orgânica para os serviços municipais da Câmara Municipal: -----



Handwritten signature and initials in the top right corner.

a) Para cumprimento do disposto no artigo 6.º, alínea a) do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que se adote o modelo de estrutura hierarquizada previsto no artigo 9.º, n.º 1, alínea a) do mesmo diploma legal, assente em unidades orgânicas flexíveis.

b) Para cumprimento do disposto no artigo 6.º, alínea c) do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que se limite em 13 unidades orgânicas flexíveis, sendo nove providas por titulares de cargo de direção intermédia de 2.º grau e quatro providas por titulares de cargo de direção intermédia de 3.º grau. -----

c) Para cumprimento do disposto no artigo 6.º, alínea d) do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que se mantenham as subunidades orgânicas providas, dirigidas por coordenadores técnicos, em número de 11.” -----

O Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências dá-se como transcrito, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Alteração e Reorganização dos Serviços do Município de Macedo de Cavaleiros, nos termos da Proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, datada de 12.04.2024 e submetê-la à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

-----Votação: Quatro (4) votos a favor (*Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Susana Viana e Catarina Pinto*), três (3) votos contra (*Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso*). -----

Abertas as inscrições usaram da palavra. -----

Jacinta Lúcia Catarino Lopes (CDS-PP) – Fez a seguinte intervenção: “Dirijo-me ao Sr. Presidente desta Assembleia para lhe dizer que enquanto Deputados Municipais estamos aqui e temos como regra número um fiscalizar o trabalho da Câmara Municipal e portanto acho estranho que o Sr. Presidente da Mesa deixe passar quando um Deputado intervém educadamente, visto que não lhe foi feita nenhuma interpolação de correção, e depois o Sr. Presidente da Câmara na resposta diz que não responde a determinado Deputado porque só responde a quem ele quer. Na minha perspetiva as coisas não podem funcionar assim. Abril não é só proclamação, democracia também é saber ouvir os outros. Esta questão já foi aqui abordada várias vezes até porque é recorrente e por isso apelo novamente para se resolver esta situação. -----

Relativamente ao ponto em discussão referir que o Sr. Presidente da Câmara em 2022 deu provimento pelo período de 3 anos em regime de Comissão de Serviço a vários dirigentes do Município, após os respetivos concursos públicos com efeitos a 1 de

junho de 2022, entre os quais tínhamos dois Diretores de Departamento. O Departamento de Administração e Finanças e o Departamento de Obras e Gestão Urbanística. Na atual Estrutura Orgânica do Município os Departamentos são Estruturas Nucleares de carácter permanente, ou seja fixas. Contudo após a existência de um público desentendimento entre os dois Diretores de Departamento e na sequência de uma demissão o Sr. Presidente decide exonerar um dos Diretores e compensá-lo monetariamente. Pergunto: Qual a razão para a exoneração do mesmo, ou seja, quais foram os motivos que levaram o Executivo a terminar o contrato com a referida pessoa? E, qual a razão para ser indemnizado, compensado a nível monetário, o que leva a supor que as razões invocadas são pouco válidas. Pois o Executivo decide logo compensá-lo assumindo assim que não teria razões válidas para colocar termo ao contrato. Pergunto: qual a razão para alterar a orgânica existente no Município? Como não compreendi as razões invocadas no preâmbulo gostava que me explicasse qual a estrutura orgânica que o Sr. Presidente e o seu Executivo preconiza e porquê nesta altura, esta alteração? Tudo isto parece-me que é mais uma certa falta de liderança e de resolver problemas. Só esta incapacidade é que leva a entender esta alteração porque quando estamos a falar não podemos estar a falar de pessoas, estamos a falar de uma estrutura orgânica e ela deve ser mantida, não é quando as pessoas não se entendem então alteramos tudo. É caso para dizer que ainda bem que o Sr. Presidente não pode alterar a estrutura do Executivo porque quando se desentendesse com um determinado Vereador alterava a estrutura e ficava resolvido o problema.” -----

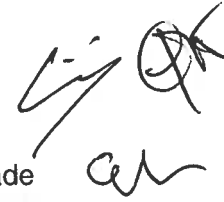
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal na parte da intervenção que lhe foi dirigida referiu que não tem competência nem pode obrigar ninguém a responder, a única coisa que faz é quando lhe é dirigido um requerimento providencia para que seja encaminhado para o Sr. Presidente da Câmara para ele depois dar a resposta. Isto tem acontecido algumas vezes e o Sr. Presidente da Câmara tem dado as respetivas respostas e nunca deixou de o fazer. -----

Nélio Jorge Gomes Pimentel (UPM) – Fez a seguinte intervenção: “ Quanto ao Regulamento, todos nos recordamos como é que surge, já foi aqui lembrado que um dia pela manhã em que o Sr. Presidente acordou com os azeites, se me é permitida com todo o respeito a expressão, e decide exonerar o Sr. Diretor de Departamento, tendo apanhado os Serviços em contramão porque correndo atrás do prejuízo os serviços tiveram que vir abrir um procedimento de exoneração com uma justificação (e quanto a mim os serviços estiveram muito bem) nesse procedimento de exoneração a



Cij
er

questão da alteração da organização da orgânica do Município. Acontece que infelizmente já não foram a tempo e já percebemos aqui na sessão da Assembleia Municipal anterior que já não foram a tempo e portanto a Câmara Municipal terá de indemnizar o antigo Diretor. Parece-me portanto que as coisas foram preparadas sem pés nem cabeça e que se o Sr. Diretor de Departamento era incompetente deveriam tê-lo exonerado em julho do ano passado, ou seja, antes de perfazer um ano das suas funções pois assim não haveria direito a indemnização, ou então, feita esta alteração organizacional que aqui é proposta e só depois o exonerar por extinção do cargo em que exercia funções. Teria sido claro e qualquer gestão cuidada e pensada teria feito desta forma. Mas aqui está o tão ansiado e novo Regulamento e acho legitima esta pergunta: em 6 anos e meio sabe quantas reorganizações da orgânica municipal dos serviços já aqui apresentou? Foram quatro novas organizações e a última foi em 2022. E o que é que isto significa? Que uma gestão que se diz preparada estrategicamente munida não anda aqui a mudar os serviços a cada dois anos pois é contraproducente. E, ao fazê-lo, ao promover uma reestruturação dos serviços, parece-me a mim, que deve ser por motivos lógicos que apresentem ganhos eficiência, não porque lhe apetece ou porque lhe parece ser melhor desta forma. E esta, não é uma reorganização que traga algo de novo. E quer saber porquê? A resposta está no próprio Regulamento em que a nota justificativa ou preâmbulo do Regulamento que é apresentado é exatamente igual ao do Regulamento aqui apresentado em 2022, ou seja não é alterado em uma vírgula ou um ponto que seja. Portanto num ponto que é a nota justificativa do novo Regulamento que era onde deveríamos conhecer as razões desta nova reorganização elas não são aqui elencadas, nem ditas e deveria ter sido. Mas há uma coisa neste preâmbulo que eu gosto particularmente que é a seguinte frase "...assim a presente reestruturação orgânica tem por objetivo aumentar o nível de eficácia e de eficiência da organização adaptando às necessidades de concretização da operacionalização da assunção da transferência de competências...". Ora, lembrando que este texto é de 2022 repercutido em 2024 a pergunta que eu faço é. Qual foi a competência que entretanto o Município assumiu e que não estava prevista em 2022? Se essa é uma razão para a alteração deste Regulamento, qual foi a competência que foi assumida que não estava prevista em 2022? -----
O Sr. Presidente sabe que esta reorganização com estas Divisões e Unidades todas vai criar maior sobreposição de tarefas, conflitos entre os dirigentes e trabalhadores, além de que me parece que irá também gerar uma estrutura mais pesada financeiramente, pelo menos à primeira vista é o que me parece. Do que realmente a Câmara precisa é de estratégia e ao fim de seis anos e meio V.^a Ex.^a assume-o ao



criar uma Unidade de Gestão de Estratégica. Chamo só à atenção para a necessidade que vai ter de chefes e peço que o façam com alguma urgência. E a propósito destas novas nomeações vou terminar com uma expressão que um certo dia um professor numa aula nos disse – coração e razão raramente são compatíveis, paixão e política nunca são compatíveis -.” -----

José António da Silva Madalena (PSD) – Que disse: “ Depois das intervenções sobre esta ponto dos Senhores Deputados Municipais Nélio e Jacinta pouco me fica para dizer, pois subscrevo em grande parte do que foi dito. Olhando para os mapas a mesma instabilidade que tenho visto ao longo dos tempos no Executivo Municipal agora está a transportá-lo para dentro da orgânica da câmara que devia ser algo estável e previsível e efetivamente quatro alterações em seis anos e meio é muito. O pessoal da câmara precisa de estabilidade e não vejo o racional desta reorganização para além da questão da indemnização do Diretor de Departamento e não compreendo porque é que alguém que antes tinha competências de repente passa a ser incompetente. Para passar de um setor ou de uma divisão para outra há aqui aparentemente sobreposição e ainda continua a haver problemas que havia no passado onde em tempos até questioneei porque razão a Divisão de Frota não estava associada à Unidade de Finanças e a meu ver este problema continua a subsistir. Francamente não consigo compreender o racional desta alteração.” -----

Manuel António de Sá Mico (PS) – Que disse “Senhor Presidente a elaboração de todos os Regulamentos do Município são da sua competência e o objetivo é que a câmara com base nestes funcione melhor e gostaria que o Sr. Presidente nos esclarecesse a nível de eficiência e de recursos financeiros com base nesta proposta de reorganização se os serviços ficam melhor ou não. A questão é a responsabilidade política do Executivo esta Alteração e o que nos interessa é que seja melhor gerido e que diga aqui aos macedenses qual o benefício que esta alteração vem trazer.” -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que à questão colocada pela Deputada Jacinta Lopes referir que já disse aqui publicamente que estava disposto a responder às questões que me fossem colocadas fosse por quem fosse e é para isso que aqui estou, mas hoje quando estava disponível para isso foi logo adotada a mesma postura, ou seja questionar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal com o facto de ele estar a ser ou não correto com a gestão dos tempos de uso da palavra nas intervenções. Isto não é democracia e os Srs. Deputados também têm de passar a ser coerentes com os vossos discursos. As



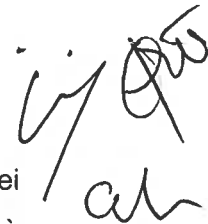
Handwritten signature and initials

minhas respostas aqui nunca ficaram por ser dadas desde que de forma legal sejam questionadas e nunca deixarei de responder desde que haja uma postura correta e educada por parte dos Sr. Deputados Municipais. -----

Quanto à questão do organigrama do Município vocês sabem que é uma gestão dinâmica e houve aqui uma série de processos menos claros com os quais eu podia não ter concordado no entanto optei por ser solidário porque o nosso Executivo funciona como um colégio e tomamos decisões a quatro e podem acreditar que algumas decisões que eu aceito por ser solidário não gostaria de as ter tomado, como algumas decisões que eu tomo e os meus colegas certamente não aceitariam, mas trabalhamos em democracia e em liberdade e o objetivo é sempre o mesmo, ou seja o melhor para Macédo e ninguém me pode questionar quanto à seriedade com que eu giro o organigrama e digo que há pessoas que são da minha confiança e também há pessoas que eu não gostaria de ter nesses cargos de chefia mas estão porque precisamos deles. Não é fácil mas tem de ser assim e essa gestão é da minha responsabilidade neste colégio. Nós podemos não concordar com as pessoas que entram para a Câmara de forma aparentemente competente e livre, ou seja por concurso mas no decorrer da gestão as coisas podem não funcionar. Gostava até de perguntar aos presentes se gostavam de gerir uma equipa que andasse às turras com o prejuízo de toda a equipa, certamente que não. Dizer também que há pessoas que podiam ter sido exoneradas, numa altura precoce, como aliás aqui foi dito por um Deputado, sem direito a indemnização mas o Diretor de departamento que foi exonerado disse-me que não queria ser indemnizado mas é um direito que lhe assiste e temos de o indemnizar, conforme a Lei dispõe. Quanto à falta de liderança o caso que acabei de comentar é a prova da falta de liderança. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Nélio Pimentel dizer-lhe que não acordei com os azeites e quanto à exoneração foi todo o Executivo que exonerou o Diretor de Departamento, não foi uma decisão minha, embora tenha sido eu a assinar o despacho de exoneração. Dizer-lhe também que não fui eu que idealizei os dois Departamentos mas efetivamente fui eu que assinei e assumo. -----

Quanto à questão de adivinhar os nossos pensamentos como podem adivinhar o que vai no meu pensamento e porque é que eu reorganizo as coisas? É porque queremos o Município a funcionar bem. Foi aqui dito que o Município não funcionava bem e que nós perseguíamos os funcionários e dirigi-mo ao Sr. Deputado Nélio pois ele sabe bem que em 2017 quando entramos para a Câmara eu convidei-o para determinadas funções, ao que me respondeu que ia pensar e depois não aceitou mas desafio-o a dizer aqui publicamente se alguma vez se sentiu perseguido por mim, enquanto



trabalhou na Câmara. No entanto fez o seu percurso que eu respeito como respeitei muitos outros pois sempre que me pediram para progredir na carreira e para ir à procura de melhores condições, não há um funcionário que nem sequer me apoiava, que possa dizer que lhe criei dificuldades, antes pelo contrário autorizei a que saíssem e quem me dera a mim poder contar com todos os competentes e todos os qualificados para que o Município ganhasse com isso, infelizmente não consegui porque houve razões políticas que levaram alguns funcionários a seguir outros caminhos, que apesar de ficar triste respeito isso. Quanto aos Regulamentos penso que foram alterados três e foi de acordo com as necessidades e não vejo nenhum problema em mudá-lo se as coisas não estão bem. Quanto à intenção de aumentar o nível de eficácia e competência fala-se aqui em várias Divisões e Unidades é óbvio que o objetivo é criar mais eficiência, melhor funcionamento e eu acredito que isso vai acontecer. Sobreposição de tarefas não pode haver porque há aqui uma desmultiplicação e isto foi acordado com os novos dirigentes que eles têm de interagir com os que já existem e eles entendem-se trabalhando todos para o mesmo objetivo. Quanto à sobrecarga financeira é óbvio que fizemos contas e não vai sobrecarregar financeiramente o Município. E para terminar o Deputado Nélio referiu que não eram compatíveis coração e razão e a isso vou dizer-lhe apenas e só, se se lembra do lema da pessoa com maior responsabilidade mundial neste momento em 1995 quando ganhou as Eleições? Se não se lembra, vou deixar-lhe aqui - coração e razão não são incompatíveis, e parabéns ao homem que teve a ousadia de o dizer e que hoje assume um cargo na Entidade máxima do Mundo de seu nome António Guterres. ----- Quanto às restantes intervenções não tenho mais nada a acrescentar. -----

Nélio Ernesto Gomes Pimentel (UPM) – Que disse ao Sr. Presidente da Câmara que não está ali enquanto ex-funcionário da Câmara Municipal nem tão pouco vem para ali lavar roupa suja e em nenhum momento viria para aquele plenário falar sobre o que teve na câmara ou deixou de ter, mas que ainda assim tinha uma coisa para lhe dizer que é que está muito grato à Câmara Municipal em 16 anos que lá trabalhou. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e quatro (34) votos a favor, vinte e dois (22) votos contra e três (3) abstenções, aprovar, a proposta nos termos apresentada, pela Câmara Municipal de Alteração e Reorganização dos Serviços do Município de Macedo de Cavaleiros.



*C. J. Que
cel*

7) Regulamento do Interface Modal de Macedo de Cavaleiros – Aprovação nos termos da alínea g), n.º 1, art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 17.04.2024, que se transcreve: -----

“ PROJETO DE REGULAMENTO DO INTERFACE MODAL DE MACEDO DE CAVALEIROS - APROVAÇÃO FINAL: DELIBERAÇÃO. -----

Presente a Informação n.º 75/2024 da Divisão de Água e de Gestão de Frota, datada de 12.04.2024, que se transcreve: -----

Considerando o disposto no art.º 98.º do Código do Procedimento Administrativo e em cumprimento da deliberação da tomada pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros realizada em 2023-01-24, foi publicitado o início do procedimento de elaboração do presente Regulamento na Internet, no sítio institucional do Município de Macedo de Cavaleiros, indicando-se a forma como se podia processar a constituição como interessados no referido procedimento, bem como a apresentação de contributos para a elaboração do mesmo. -----

Assim, ao abrigo do disposto no art.º 241.º da Constituição da República Portuguesa, do Decreto-Lei n.º 170/71, de 27 de abril, da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o presente Regulamento do Interface Modal de Macedo de Cavaleiros foi aprovado pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada em 2023-01-24. -----

O presente projeto de regulamento esteve em consulta pública tendo a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes- AMT sugerido algumas alterações, conforme documento em anexo, sobretudo na conformação com o Decreto - Lei n.º140/2019, de 18 de setembro e com o Regulamento (EU) n.º 181/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de fevereiro de 2011. -----

Assim, no sentido de acomodar as recomendações da AMT- Autoridade da Mobilidade e dos Transportes foram efetuadas as alterações ao Projeto de Regulamento do Terminal Rodoviário de Macedo de Cavaleiros de acordo com o quadro em anexo. -----

Perante o exposto e ao abrigo do disposto no art.º 241.º da Constituição da República Portuguesa, do Decreto-Lei n.º 170/71, de 27 de abril, da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, as alterações ao Regulamento do Interface Modal de Macedo de Cavaleiros devem ser submetidas à

apreciação da Câmara Municipal e, nos termos do disposto na alínea g) do n.º1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2023, na sua redação atual, à Assembleia Municipal. -

RESUMO DE ALTERAÇÕES

Referencial AMT	Recomendações AMT	Alterações AMT:
a) Pedidos de Acesso apresentados pelos operadores	<ul style="list-style-type: none"> - Não refere o prazo máximo para a tomada de decisão e em caso de recusa de acesso uma alternativa viável; - Não existindo alternativa viável – assegurar local de paragem com condições de segurança; - Referência à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT)- como entidade fiscalizadora e recurso contra as decisões do Interface 	<ul style="list-style-type: none"> - No art.º 7, anterior art.º6 foram acrescentados os pontos 2 e 3; - No art.º 17.º, anterior art.º 16.º - ao ponto 2 foi acrescentada a AMT - No art.º 28, anterior art.º 24.º foi acrescentada a AMT como entidade fiscalizadora.
b) Demonstração do cumprimento dos requisitos – publicitação internet	<ul style="list-style-type: none"> - O Regulamento não faz referência ao sítio da internet- sítio próprio – a partir do sítio Autarquia; - Serviços prestados e preços; - Horário de funcionamento, capacidade máxima diária atualizada no sítio da internet; 	<ul style="list-style-type: none"> - O Art.º3 é novo e refere a estrutura do terminal - O Art.º 5 Horário de Funcionamento- acrescentados os pontos 2, 3, 4 e 5 (horário afixado no IFMMC) Art.º 26.º afetação e utilização do cais Art.º 42.º publicitação do
c) Cumprimento das obrigações – acesso, informação e assistência a pessoa mobilidade reduzida	<ul style="list-style-type: none"> - Não tem referência a acesso, informação e assistência a pessoas com mobilidade reduzida. 	<ul style="list-style-type: none"> Art.º 41.º acesso da pessoa com mobilidade reduzida- novo
d) Demonstração racional de fixação de tarifas de acesso aos terminais- princípio da proporcionalidade e equilíbrio financeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Não contém demonstração do método utilizado para fixação das tarifas; - Fundamentação da tabela de preços anexo; - Atualização no sítio da internet 	<ul style="list-style-type: none"> Sem alterações
e) Defesa do consumidor	<ul style="list-style-type: none"> - Não tem referência ao livro de reclamações físico e eletrónico a constar no sítio da internet. 	<ul style="list-style-type: none"> Art.º 35.º acrescentado ponto 3 Referido no Art.º 17



Handwritten signatures and initials

Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 12.04.2024: “À Câmara Municipal.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento do Interface Modal de Macedo de Cavaleiros e submetê-lo à próxima Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com cinquenta e sete (57) votos a favor e duas (2) abstenções, aprovar nos termos da alínea g), n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, a proposta de Regulamento do Interface Modal de Macedo de Cavaleiros. – -----

8) Regulamento do Mercado Municipal – Aprovação nos termos da alínea g), n.º 1, art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 02.04.2024, que se transcreve: -----

“ PROJETO DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL - TERMO DO PRAZO DE CONSULTA PÚBLICA - APROVAÇÃO FINAL: DELIBERAÇÃO. -----

Presente a Informação n.º 68/2024 da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, datada de 26.03.2024, que se transcreve: -----

“Na sequência da deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de 16 de agosto de 2023 foi aprovado o início do procedimento e participação procedimental tendente à elaboração do Projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Macedo de Cavaleiros, anexo à presente informação, o qual aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. -----

Nesse sentido, tendo-se observado a tramitação prevista no n.º 1 do art.º 98.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo - CPA, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sequência da deliberação do órgão executivo, tomada em reunião de 07 de dezembro de 2024, para os efeitos do estatuído no artigo 101.º do CPA, submeteu-se a consulta pública, pelo prazo de 30 dias, o “Projeto de Regulamento do Mercado Municipal do Município de Macedo de Cavaleiros”.-----

Em face do exposto, terminado o período de consulta pública, publicitado através do Aviso (extrato) n.º 477/2024 na 2.ª série do Diário da República de 10 de janeiro de

2024, Pág. 302, Parte H e no sítio institucional do Município, em www.cm-macedodecavaleiros.pt, que decorreu entre os dias 10 de janeiro de 2024 e 21 de fevereiro de 2024, não se tendo registado qualquer sugestão ao Projeto de Regulamento Mercado Municipal de Macedo de Cavaleiros, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33.º, n.º 1, alínea k) e 25.º, n.º 1, alínea g) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, encontram-se reunidos os pressupostos para que a Câmara Municipal aprove o envio do regulamento à Assembleia Municipal para aprovação final, com a subsequente publicação em Diário da República, conforme disposto no art.º 139.º do CPA e art.º 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013.” -----

Despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara, datado de 27.03.2024: “À Câmara Municipal.” -----

O Projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Macedo de Cavaleiros dá-se como transcrito, ficando arquivada uma cópia na pasta da documentação correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Macedo de Cavaleiros e submetê-lo à próxima Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” -----

Abertas as inscrições, usou da palavra. -----

Daniela de Almeida Rebelo (CDS-PP) – Que fez a seguinte intervenção: “ A propósito do Mercado Municipal e respetivo Regulamento pergunto se estão devidamente assegurados os direitos dos macedenses com este Regulamento e se foram tomadas e refletidas todas as medidas para assegurar o correto funcionamento deste equipamento que se pretende com todo o brio e jus, um novo ícone da Cidade? E, porquê a preocupação? Porque se no passado e com diversas alterações ao longo do historial depois tivemos tantos constrangimentos e processos para executar estas medidas o mesmo se prende com este equipamento, ainda que noutra escala pois também existem aqui uma data de questões que têm de ser asseguradas e que resultam na anulação do procedimento e no alvará do espaço. Por esta razão é que questiono se desta vez foi devidamente assegurado que não teremos de voltar a passar por este tipo de processos em caso de incumprimento. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Câmara Municipal e usou da palavra a **Sr.ª Vereadora Susana Alexandra Esteves Viana** que disse “ o



C. J. P. B. C. B.

Regulamento do Mercado Municipal esteve em consulta pública e não há nenhum problema relativamente aos anteriores arrendatários. O processo já tinha terminado e todas as pessoas foram convidadas a continuar com as lojas tendo uns continuado e outros por opção pessoal e familiar decidiram não continuar.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com cinquenta e oito (58) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar nos termos da alínea g), n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, a proposta de Regulamento do Mercado Municipal. -----

9) Relatório de Avaliação Global do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (PMIND) de Macedo de Cavaleiros – Aprovação nos termos da alínea h), n.º 1, art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

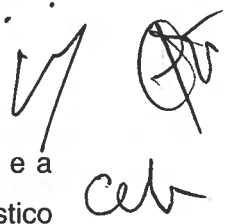
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 22.02.2024, que se transcreve: -----

“RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO GLOBAL DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO (PMIND) DE MACEDO DE CAVALEIROS: DELIBERAÇÃO. -----

Presente a Informação n.º 24/2024 da Divisão Social, datada de 16.02.2024, que se transcreve: -----

“De acordo com a legislação em vigor, alínea q) do artigoº 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é da responsabilidade do Município garantir a inclusão da perspetiva de género em todas as áreas de atuação, incluindo a elaboração de planos municipais de igualdade. O Município de Macedo de Cavaleiros, no dia dois de março de dois mil e vinte e dois, renovou o protocolo de cooperação com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) que visa a promoção, execução, monitorização e avaliação da implementação de medidas e ações que concorram para a territorialização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND), ao nível do Município. -----

Neste âmbito, foi elaborada uma candidatura conjunta, pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), apresentada ao Aviso POISE-22-2020-03, da qual resultou a construção do Diagnóstico Municipal para a



Handwritten initials and signature in the top right corner.

Igualdade e a Não Discriminação (DMIND) e o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (PMIND) do Município de Macedo de Cavaleiros. O Diagnóstico Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação serviu de pilar para a construção do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (PMIND) do Município de Macedo de Cavaleiros. -----

A materialização das ações estão previstas no Relatório de Avaliação Global, que se refere à avaliação da globalidade dos trabalhos desenvolvidos pelo Município de Macedo de Cavaleiros, sendo que o mesmo contempla a análise de todo o processo de elaboração, aprovação e implementação do Plano por uma equipa/perito/a independente e externa – NERBA – Associação Empresarial do Distrito de Bragança -, permitindo a perceção, a adequação e a pertinência da intervenção, desde o primeiro momento até ao término da sua execução. -----

Assim, proponho a aprovação do Relatório de Avaliação Global do PMIND de Macedo de Cavaleiros.” -----

Parecer da Chefe da Divisão Social, *Cristina Brinço*, datado de 16.02.2024: “À consideração da Sra. Vereadora *Susana Viana* o encaminhamento do Relatório de Avaliação Global do PMIND de Macedo de Cavaleiros para aprovação na reunião de Câmara Municipal.” -----

Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal em regime de substituição, *Rui Vilarinho*, datado de 16.02.2024: “À Câmara Municipal.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório de Avaliação Global do Plano Municipal para a Igualdade e de Não Discriminação (PMIND) de Macedo de Cavaleiros 2022-2025 e atenta o exercício das competências que lhe são conferidas pelas alíneas a), q) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal, delibera, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a presente proposta, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da citada Lei.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos apresentado pela Câmara Municipal, o Relatório de Avaliação Global do Plano Municipal para a Igualdade e de Não Discriminação (PMIND) de Macedo de Cavaleiros 2022-2025. -----



Handwritten signature and initials
cb

10) Auto de Cessão – Bolsa de Alojamento Urgente e Temporário – Antiga Residência de Estudantes de Macedo de Cavaleiros – Proposta – Deliberação nos termos da alínea q), n.º 1, art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2913, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a Deliberação da Câmara Municipal de 05.03.2024, que se transcreve: -----

“ AUTO DE CESSÃO - BOLSA DE ALOJAMENTO URGENTE E TEMPORÁRIO - ANTIGA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES DE MACEDO DE CAVALEIROS - PROPOSTA: DELIBERAÇÃO. -----

Presente a Proposta da Sra. Vereadora *Sónia Salomé*, datada de 27.02.2024, que se transcreve: -----

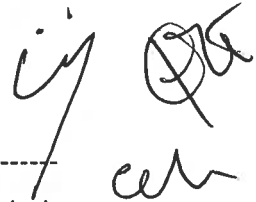
“Enquanto direito consagrado constitucionalmente, a habitação é, cada vez mais, reconhecida como um pilar fundamental no desenvolvimento humano e da vida em comunidade, bem como na promoção da competitividade e coesão dos territórios. -----

Nesse âmbito, com foco na criação de soluções para as necessidades habitacionais do concelho, o Município desenvolveu recentemente a sua Estratégia Local de Habitação - ELH. -----

Consciente da necessidade urgente de identificar a habitação como um dos pilares do Estado Social, o XXII Governo Constitucional inscreveu no seu programa o compromisso de criar um parque habitacional público a custos acessíveis, orientado para dar resposta aos agregados de rendimentos intermédios em situação de dificuldade de acesso à habitação, através da promoção direta e do apoio à promoção municipal. -----

A Lei de Bases da Habitação estabelece o dever do Estado recorrer prioritariamente ao património edificado público, mobilizável para programas habitacionais destinados ao arrendamento. De igual forma, prevê que é dever do Estado, regiões autónomas e autarquias locais atualizar anualmente o inventário do respetivo património com aptidão para uso habitacional e garantir a existência de bolsas de habitação pública para apoio à política de habitação, as quais podem incorporar património imobiliário público. -----

Assim, com o objetivo de mobilizar imóveis de propriedade pública para fins habitacionais, aumentando o parque habitacional com apoio público e, deste modo contribuir para a garantia do direito à habitação, o Decreto-Lei n.º 82/2020, de 02 de outubro, procedeu à regulação dos termos em que é realizado o inventário do património imobiliário público com aptidão para uso habitacional, bem como à criação de uma Bolsa de Imóveis Públicos para Habitação. -----



Assim, considerando que: -----

a) o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. – IHRU, I.P. é a entidade gestora, designadamente, dos imóveis dos Estado que integram a Bolsa por via do procedimento previsto no art.º 9.º do referido diploma; -----

b) nos termos conjugados do previsto na al. b) do n.º 2 do art.º 4.º, no n.º 4 do art.º 11.º e no n.º 1 do art.º 12.º do referido Decreto-Lei, a disponibilização para habitação dos referidos imóveis é efetuada através da promoção direta pelo IHRU, I.P., ou, no caso de imóveis cujas condições e características permitam a sua afetação ao uso habitacional, diretamente ou mediante processo de reconversão ou de construção, através da cedência dos mesmo para promoção municipal; -----

Em face do estipulado no n.º 1 do art.º 12.º do mencionado diploma legal, dada a localização e características do imóvel, relativamente ao prédio urbano sito no Largo Manuel Pinto de Azevedo, s/n, da freguesia e concelho de Macedo de Cavaleiros, descrito na Conservatória do Registo Predial de Macedo de Cavaleiros sob o n.º 86 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o art.º 668 - Antiga Residência de Estudantes de Macedo de Cavaleiros, o Município informou o IHRU, I.P. que pretende promover diretamente a disponibilização de tal imóvel para habitação a afetar à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, nos termos do n.º 1 do art.º 8.º, *ex vi* alínea b) do n.º 1 do art.º 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 26/2021, de 31 de março, uma vez que, em virtude das características supra-referenciadas, constitui intenção do Município apresentar uma candidatura no âmbito no investimento PRR RE-CO2-iO2 “Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário” e do respetivo Aviso n.º 1/CO2-iO2/2021. -----

Nesta conformidade, com fundamento no supra exposto, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, em conjugação com a alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pelo Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta do Auto de Cessão a celebrar entre o IHRU, I.P. e o Município de Macedo de Cavaleiros, nos termos e com os fundamentos do referido Auto que se anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante, submetendo-se, posteriormente, a presente proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a afetação do referido bem ao domínio público municipal.” -----

A minuta do Auto de Cessão a celebrar entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.) e o Município de Macedo de Cavaleiros dá-se como transcrita, ficando arquivada uma cópia na pasta da documentação correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----



Handwritten signature and initials

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Auto de Cessão a celebrar entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.) e o Município de Macedo de Cavaleiros, nos termos da Proposta apresentada pela Sra. Vereadora *Sónia Salomé*, datada de 27.02.2024 e submetê-la à próxima Assembleia Municipal para aprovação.” -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

Nélio Jorge Gomes Pimentel (UPM) – Fez a seguinte intervenção: “ Perspetiva-se que seja resolvido agora um problema crónico da Cidade e ainda bem que assim é, portanto deixo os meus parabéns à Câmara Municipal que darei ainda com mais vigor na altura em que a situação seja efetivada. Deixo aqui uma nota que é bem visível aos olhos de todos que neste edifício cresce erva com força e que seria bom que providenciassem já a retirada da mesma.” -----

Daniela de Almeida Rebelo (CDS-PP) – Que disse: “ Cabe aqui também referir que por um lado temos a resposta social por delegação de competências, por outro lado temos a transmissão deste imóvel. Quem vai gerir o procedimento? É o Município ou o Instituto da Habitação, quem vai gerir o equipamento e qual a abrangência da resposta? Isto é. Uma vez que temos agora a responsabilidade por delegação da resposta social, se vai outra entidade gerir este equipamento. Se é para benefício dos munícipes porque não é gerido pelo Município? Se é para serventia territorial sendo o equipamento de Macedo se serão as necessidades de resposta para Macedo de algum modo prioritária? Qual o prazo previsto para o equipamento ser entregue e utilizado efetivamente e por último, temos 36 meses para transmitir o imóvel pelo período de 25 anos. Porquê os 36 meses e quais as responsabilidades e custos que teremos até à entrega.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Câmara Municipal e usou da palavra a **Sr.ª Vereadora Susana Alexandra Esteves Viana** que disse: “ a antiga residência de estudantes estava na posse do Ministério da Habitação e neste momento há o processo para passar para a tutela do Município. Na estratégia local de habitação foi colocada a questão de pertencer à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário e esse alojamento será de cariz social e nós poderemos candidatar-nos ao Aviso que termina a 30 de junho de 2026.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Auto de Cessão a celebrar entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.) e o Município de Macedo de Cavaleiros, nos termos da Proposta apresentada. -----

PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguém do público que quisesse neste momento intervir. -----

Não houve quem pretendesse usar da palavra. -----

APROVAÇÕES EM MINUTA (Cfr. art.º 57.º n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013).-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta os pontos, um, cinco, seis, sete, oito, nove e dez. -----

Eram dezanove horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----

